

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR – CONJUNTO

2008/2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / EXÉRCITO PORTUGUÊS / FORÇA AÉREA PORTUGUESA

**“A GEOPOLÍTICA DE ANGOLA
DINÂMICAS DE AFIRMAÇÃO NUM QUADRO
REGIONAL”**

ANTÓNIO MANUEL DE MATOS GRILO
MAJ INF



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**“A GEOPOLÍTICA DE ANGOLA
DINÂMICAS DE AFIRMAÇÃO NUM QUADRO
REGIONAL”**

**ANTÓNIO MANUEL DE MATOS GRILO
MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**“A GEOPOLÍTICA DE ANGOLA
DINÂMICAS DE AFIRMAÇÃO NUM QUADRO
REGIONAL”**

**ANTÓNIO MANUEL DE MATOS GRILO
MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Orientador:

CFR FRANCISCO JOSÉ ALDEIA CARAPETO

Lisboa 2009



AGRADECIMENTOS

A ti Mónica, esposa e companheira dedicada, a minha retaguarda neste longo percurso pautado pela ausência. Contigo sofro as angústias da pequenez, talvez reflexo da grandiosidade do Império que deu o mundo ao Mundo.

A meus pais, ao me ensinaram que a honra de um homem está na sua humildade e honestidade.

Ao meu querido amigo e eterno Comandante, impulsionador deste tão grande desafio, o do Curso de Estado-Maior. Obrigado Exmo. Tenente-Coronel Paulo Amorim.

Ao Exmo. Sr. Tenente-Coronel Dias Martins, conselheiro e amigo que, nos momentos difíceis desta árdua travessia, soube aferir o Norte quando havia algum desconcerto.

Aos Exmos. Srs. Coronel Rui Clero e Coronel Xavier de Sousa, pela forma frontal e incisiva, em que expuseram as minhas vulnerabilidades, “ *Conhece-te a ti e ao teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo*”.

Ao Exmo. Sr. Coronel Guerra Pereira, pelas palavras sábias, que só o traquejo da experiência consolidam.

Ao Exmo. Sr. Capitão-de-Fragata Francisco Carapeto, cujo privilégio tive de ser orientando, pela disponibilidade sempre pautada na crítica construtiva, procurando a constante melhoria.

A todos vós, camaradas de curso, que com o estoicismo e a nobreza que caracterizam o Soldado Português, gritaram “Presente”.

Por último, a minha razão de viver, o Diogo. A ti, pela ausência de um pai que te viu nascer e tão longe tem estado. Para ti, o meu mais sentido agradecimento.



ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Angola no Quadro Político Internacional	4
a. Enquadramento geohistórico.....	4
b. O enquadramento geopolítico do continente africano – principais teses	8
c. Síntese conclusiva	11
3. Análise geopolítica e geoestratégica	12
a. Factor Físico (Potencialidades/Vulnerabilidades).....	12
b. Factor Humano (Potencialidades/Vulnerabilidades).....	13
c. Factor Recursos (Potencialidades/Vulnerabilidades)	13
d. Factor circulação (Potencialidades/Vulnerabilidades)	15
e. Factor Estruturas (Potencialidades/Vulnerabilidades).....	16
f. Síntese conclusiva	17
4. Relações Internacionais de Angola	19
a. Bilaterais – Âmbito regional	19
b. Bilaterais – Âmbito mundial	22
c. Multilaterais	31
d. Síntese conclusiva	37
5. Conclusões	38
 Bibliografia	 42
 Apêndices	
Apêndice 1 - Corpo de Conceitos.....	58
Apêndice 2 – Factor Físico.....	59
Apêndice 3 – Factor Humano.....	61
Apêndice 4 – Factor Recursos	63
Apêndice 5 – Factor Circulação	66
Apêndice 6 – Factor Estruturas	68



RESUMO

Em 2002 Angola emergiu de quase três décadas de guerra civil com uma parte significativa das suas infra-estruturas destruídas ou danificadas, economia caótica, estruturas sociais completamente abaladas e uma grande percentagem da sua população deslocada. Passados que estão seis anos, estará esta jovem nação em situação de iniciar a sua ascensão para assumir o protagonismo de potência regional?

O método científico empregue nesta investigação recorre ao modelo hipotético- -dedutivo, procurando-se resposta à questão central *“Em que medida os atributos geopolíticos e geoestratégicos de Angola se traduzem como uma fonte de poder?”*

Organizado em cinco capítulos, a investigação tem o intuito de analisar Angola, desde a sua história e enquadramento com algumas teses geoestratégicas, avaliação do seu potencial estratégico, bem como a dinâmica das suas relações internacionais. Por último tecem-se algumas conclusões.

Angola surge aos olhos da comunidade africana e internacional como uma das mais proeminentes potências regionais africanas, reflectindo para o exterior uma projecção político-diplomática nuns casos, militar em outros e económica na generalidade.

Crete do seu potencial na região em que se localiza, Angola pragmatiza a disputa dos seus recursos estratégicos numa política de afirmação que lhe permitirá, paulatinamente, assumir-se, com naturalidade, como potência regional.

Mas a senda a trilhar ainda é longa, resta-lhe talvez o mais importante, resolver os seus problemas sociais, de décadas de conflito, que levarão igualmente décadas a solucionar. Ainda assim, as suas potencialidades permitem-nos perspectivar um futuro promissor para Angola, não obstante os inúmeros obstáculos que terá de vencer.



ABSTRACT

In 2002 Angola emerged from almost three decades of civil war with a significant part of its infrastructure destroyed or damaged, chaotic economy, social structures completely shaken and a large percentage of its population relocated.

Angola is in the eyes of the african and international community as one of the most prominent african regional powers, reflecting a political-diplomatic projection to the outside in some cases, military on other and economic in general.

Believer in the potential on the region where is located, Angola is pragmatic on the dispute his resources in a strategic policy statement that it will, slowly, take it as a regional power naturally.

But to walk the path is still long, it remains perhaps the most important, solving their social problems, from decades of conflict, which also take decades to resolve.

The scientific method used in this research uses the hypothetical-deductive model, seeking to answer the central question "how the geopolitical and geostrategic attributes of Angola are reflected as an objective source of power."

Organized into five chapters, the research will examine Angola, since its history and geostrategic environment, some geopolitical theses, analysis of the heir potential and strategic and the dynamics of international relations. Finally draw a few conclusions.



PALAVRAS-CHAVE

Angola

Diamantes

MPLA

Petróleo

Potencialidades

Recursos

UNITA

Vulnerabilidades

Subsariana



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANC - *African National Congress* (Congresso Nacional Africano)
API - *American Petroleum Institute*
BM - Banco Mundial
CE - Comissão Europeia
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
ECHO - *European Community Humanitarian Office*
EM - Estados-Membros
ENE - Empresa Nacional de Energia
EUA - Estados Unidos da América
FAA - Forças Armadas Angolanas
FAO - *Food and Agriculture Organization* (Org. das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FNUAP - Fundo das Nações Unidas para Apoio à População
GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HIV - *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)
IFAD - *International Fund for Agricultural Development* (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola)
IMET - *International Military Education and Training*
LO - Linhas Orçamentais
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
OI - Organizações Internacionais
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAM - Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PIC - Programa Indicativo de Cooperação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA - República de Angola
RAS - República da África do Sul
RC - República do Congo
RDC - República Democrática do Congo
RPC - República Popular da China
SADC - *Southern African Development Community* (Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral)



SADCC - *Southern African Development Coordination Conference* (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral)

SD - Serviço de Dados

SF - Serviço Fixo

SM - Serviço Móvel

SPI - Sistema Político Internacional

SWAPO - *South West Africa People's Organization*

UA - União Africana

UE - União Europeia

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UNICEF - *United Nations Children's Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional)

USD - United States Dollars

ZEE - Zona Económica Exclusiva

ZML - Zona Militar Leste



1. Introdução

A República de Angola (RA) situa-se na região ocidental da África Austral. Rica não só em petróleo e diamantes, mas também em muitos outros recursos naturais, poderia ser um dos países mais ricos do mundo. Tal não se verifica, tão simplesmente pelo facto de ser um país muito rico mas com uma população muito pobre, reflexo das fragilidades de um Estado possuidor de vastos recursos, mas com índices preocupantes de corrupção.

Muitos juízos e referências se têm sucedido sobre Angola, relativos a se poder tornar *uma potência regional* ou *a potência regional*. Desde logo, entre 1975 e finais da década de 80, em torno da possibilidade e interesse de se afirmar na África Austral, suportada politicamente por um dos actores bipolares da altura. Contudo, e em resposta aos novos sinais dos tempos causados pelas alterações significativas verificadas nas relações internacionais, a partir dos anos 90 colocaram-na numa nova encruzilhada: potência regional não apenas na África Austral mas igualmente na África Central e por inerência, na África Subsariana.

Tendo em conta não só os interesses políticos e militares do governo angolano, mas também os económicos, a procura da afirmação e do reconhecimento regional tem sido claramente um desejo de Angola. Os potenciadores dos maiores ou menores êxitos neste desejo estiveram, inegavelmente, ligados a dois factores que coexistiram na primeira fase e que continuaram a persistir na segunda: por um lado a guerra civil e por outro a África do Sul. O novo alento da paz tem vindo a permitir rivalizar e afirmar-se perante a actual potência regional, a República da África do Sul.

A realidade tem vindo a provar como tem sido difícil essa afirmação. Regionalmente, se a afirmação pela via da intervenção militar tem aparentemente pendido para o lado de Angola, já no domínio económico e político-diplomático não tem sido favorável. A simples ideia de que a posse de um poderoso exército, associado ao facto de ser um país produtor e exportador de petróleo e rico em outros tantos recursos, deveriam ser suficientes para ser reconhecido como uma potência regional.

Contudo, o caminho que este país tem de trilhar ainda é longo. Não basta apenas a capacidade militar, como Angola reconhecidamente tem, associado a um acentuado crescimento económico, como garante de afirmação regional. A acrescer a este potencial tem de se lhe considerar a capacidade de liderança política e diplomática, reconhecidas de forma voluntária, o que poderá diferenciar na dicotomia força/poder. Mas, se tal não foi possível, essencialmente devido à guerra civil, e passados mais de 6 anos de paz, sê-lo-á actualmente com o alinhamento dos factores acima descritos?



O objectivo a que nos propomos neste trabalho é o de identificar o poder de Angola no contexto regional.

No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto e particularmente, do estudo de temas considerados actuais e inseridos no círculo das disciplinas da Geopolítica e da Estratégia, entre outras, julga-se importante perceber qual o papel que Angola desempenha actualmente e que poderá vir a desempenhar no Sistema Político Internacional (SPI), quer no contexto regional, quer no mundial, de forma a constituir-se num futuro próximo, um pólo de poder regional, relevante no quadro das Relações Internacionais.

No sentido de tornar esta matéria mais objectiva foi necessário delimitar o tema e a sua análise ao período pós independência de Angola. De igual modo, para a análise das relações multilaterais e bilaterais, tornou-se necessário delimitar aos principais actores da região geográfica a tratar e aos actores externos, com influência na mesma. Por último, no intuito de satisfazer o preconizado pelas normas em vigor deste Instituto, a análise do potencial estratégico de Angola, dado a sua complexidade, será abordada apenas nos aspectos considerados mais relevantes para a investigação.

A metodologia a ser seguida neste trabalho é a sugerida pelo Manual Escolar do Instituto de Estudos Superiores Militares, Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica (IESM, 2007). As fontes mais significativas de consulta, para a elaboração deste trabalho, foram aquelas disponibilizadas através da “internet” e na pesquisa documental, seleccionada entre as obras de referência publicadas.

Por último, as missões por mim cumpridas em Angola, no período compreendido de 2002 e 2005, conduzem a um conhecimento das realidades do país, muitas vezes não reflectidas na documentação analisada, para além da natural empatia do tema.

Para desenvolver este estudo foi elaborada a seguinte questão central:

“Em que medida os atributos geopolíticos e geoestratégicos de Angola se traduzem como uma fonte de poder?”

Para proporcionar uma resposta cabal a esta questão, foram formuladas as seguintes questões derivadas:

Questão Derivada 1: Que atributos geopolíticos e geoestratégicos possui Angola?

Questão Derivada 2: Que limitações existem à afirmação de Angola no contexto do atributo geopolítico e geoestratégico regional?

Questão Derivada 3: Como interage Angola no seu quadro regional?

Questão Derivada 4: Que actores se destacam nas suas relações externas?

A cada questão derivada associou-se uma hipótese de investigação, que ao longo do



estudo irá ser alvo de aferição, quanto às suas validações. São elas:

Hipótese 1: *O valor geopolítico de Angola resulta da dimensão do seu território, do elevado potencial dos seus recursos, e da sua localização geográfica, que a transforma simultaneamente num “poder” continental e marítimo.*

Hipótese 2: *A percepção do desenvolvimento dos seus factores geopolíticos e geoestratégicos, permite-nos perspectivar a afirmação de Angola como potência na África Subsariana.*

Hipótese 3: *Angola poderá usar a sua política externa (componente diplomática), as Forças Armadas (componente militar) e a sua economia (componente económica) como instrumentos de coação no quadro político regional.*

Hipótese 4: *Há empenho das principais potências mundiais em se relacionarem com Angola.*

Constitui o Apêndice 1 do trabalho um corpo de conceitos, no intuito de melhor enquadrar a pesquisa, seguindo-se-lhe os Apêndices 2 a 7, onde faremos uma análise do potencial estratégico de Angola, nos seus aspectos mais relevantes. Assim. No primeiro capítulo procura-se introduzir o tema, seguindo-se três capítulos, que traduzem o nosso percurso de investigação. No segundo capítulo far-se-á uma pequena viagem pela história de Angola, incidindo particularmente no período pós-independência, bem como reflectindo a análise que alguns teorizadores teceram à região. No terceiro capítulo, realizar-se-á o estudo geopolítico/geoestratégico de Angola, procurando-se identificar as potencialidades e as vulnerabilidades que permitam perceber as suas possibilidades estratégicas, tendo em conta o que será abordado no quarto capítulo, onde se focalizará as relações entre os principais actores regionais, particularmente os seus vizinhos fronteiriços e a República da África do Sul, seguindo-se os principais actores externos ao continente. Por último, ainda inserido neste capítulo, as relações bilaterais de Angola, no intuito da compreensão das dinâmicas da sua política externa.

Encerrar-se-á este trabalho com conclusões finais, acerca dos resultados obtidos, apresentando-se as principais tendências angolanas.

Por fim, teceremos algumas conclusões, enquadradas pelas potencialidades e vulnerabilidades das suas potencialidades estratégicas, onde concluiremos sobre a materialização da sua afirmação geopolítica na região, como resposta à questão central.



“ (...) Angola tem 500 anos de encontro de culturas, situação que a maioria dos povos de África não conhece. Isto fez do vosso país um povo distinto que não se pode incluir simplesmente numa determinada corrente que arrasta os países da África Austral. Nuns, os colonizadores viveram entre os colonizados. Aqui, os colonizadores, apesar de tudo, conviveram com os povos que encontraram. Daí a diferença específica que distingue o povo angolano (...) ”

(Cardoso, 2004: 16)¹

2. Angola no Quadro Político Internacional

Neste capítulo, e recorrendo a uma breve análise histórica, pretende-se identificar os principais antecedentes geohistóricos de Angola, com algum ênfase à fase final do período colonial e mais em particular ao pós independência, no intuito a uma melhor compreensão da sua actual situação. Utilizaremos para o efeito o “factor histórico”, abordando os factos considerados de realce.

a. Enquadramento geohistórico

(1) Breve síntese histórica até à independência

Os primeiros habitantes da região, que agora é designada por Angola, têm origem na tribo dos caçadores-colectores Pré-Bantos². O povo Banto chegou à região, vindo de Norte, no século XII, obrigando a uma migração dos Khoisan para Sul (Abrantes, 2005: 16) (Ponte, 2006).

Com a descoberta do rio Zaire, em 1482, por Diogo Cão e a posterior exploração da costa de Angola, os portugueses foram-se instalando progressivamente na região e, excepto um período de tempo compreendido entre 1641-48, em que Angola foi tomada pelos holandeses (Barata, 1997: 24), esteve sob domínio português, até à independência do país em 11 de Novembro de 1975 (Teixeira, 2004: 586).

Muito embora os portugueses tenham falhado naquilo que era o seu intento inicial, a descoberta de ouro e outros metais preciosos, descobriram em alternativa, uma excelente fonte de escravos para alimentar a sua colonização do Brasil. A colonização portuguesa em Angola começa verdadeiramente em 1575, com a fundação de Luanda (Selvagem, 2006: 332). Após várias tentativas, as tropas portuguesas finalmente conseguem conquistar o reino Mbundu em 1902, quando o planalto do Bié foi tomado e a colonização branca chegou às terras altas angolanas (Rebelo, 2006).

¹ No discurso proferido por Sua Santidade O Papa João Paulo II, em visita a Angola em 1992.

² Khoisan, Pigmeus, Cuissis, e Cuepes.



O desenvolvimento e modernização de Angola acontecem verdadeiramente após a segunda Guerra Mundial, com resultados muito significativos nas décadas de 60 e 70 (Rela, 2005: 30 e 34). Em 1951 a designação de colónia passa a província ultramarina (Afonso, 2000: 20).

Embora fosse professado que Angola era uma sociedade multi-racial de igualdades, a verdade é que a maioria dos africanos continuava a sofrer com a repressão conduzindo à fundação, em 1962, um grupo de refugiados no Zaire liderados por Holden Roberto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Mantendo as suas bases de apoio no Zaire, desencadearam uma guerra de guerrilha em Angola, desenvolvendo contactos com nações, Ocidentais e Comunistas e obtendo o apoio da Organização da Unidade Africana. Os movimentos de libertação de Angola eram compostos também por outros dois movimentos de guerrilha. Um de influência Marxista, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, de entre muitos, por Agostinho Neto, com o seu quartel-general na Zâmbia. O terceiro, a União para a Independência Total de Angola (UNITA), fundado em 1966, sob a liderança de Jonas Savimbi. Portugal viu-se forçado a manter mais de 50.000 efectivos militares no Teatro de Angola no início dos anos 70 (Alves, 1998: 574 e 575) (Comerford, 2005: 3 e 4) (Afonso, 2000: 10 e 27) (Barata, 1997) (Rela, 2005: 37 e 38).

Em 1971 a UNITA aceitou um estatuto secreto de colaboração com o comando português da Zona Militar Leste (ZML), a “*Operação Madeira*”, através da qual ajudou as Forças Armadas Portuguesas no combate aos outros dois movimentos, cujas bases foram erradicadas da ZML e cuja actividade de guerrilha passou a depender de bases no exterior, no Zaire e na Zâmbia (Alves, 1998: 575).

Em Abril de 1974, um movimento das forças armadas derrubou o regime ditatorial português e marcou o início da Terceira República (Saraiva, 2003: 365). Nesse mesmo ano, o novo governo português proclamava tréguas com os movimentos de libertação. Contudo a situação no território apresentava-se extremamente complicada, devido ao elevadíssimo número de portugueses e outros europeus aí residentes (estimados em mais de 500.000), pela continuação dos combates entre os movimentos de libertação e pelo desejo dos cabindenses em se tornarem não só independentes como separados de Angola (Alves, 1998: 576).

No dia 10 de Novembro de 1975, o Governador-Geral de Angola, em nome do Governo Português, anuncia a independência de Angola, transferindo a soberania de Portugal, para o “*Povo Angolano*”, a partir de 11 de Novembro de 1975 (James, 2004).



(2) Breve síntese histórica pós-colonial

Em Luanda, o MPLA assumia o controlo do governo, sendo Agostinho Neto o primeiro presidente. A UNITA e a FNLA, contudo, proclamavam um governo de coligação em Nova Lisboa (actual Huambo), garantindo o MPLA, em meados de 1976, o controlo de grande parte do território. A esmagadora maioria da população europeia residente em Angola abandona o país logo após a independência, como resultado da frágil situação política do país à beira do conflito, arrastando consigo os seus investimentos bem como o conhecimento especializado. Portugal reconhece oficialmente a República Popular de Angola a 22 de Fevereiro de 1976 (Afonso, 2000: 609).

Com a morte de Agostinho Neto em 1979, José Eduardo dos Santos sucede-lhe como presidente. Nas décadas de 70 e 80, o governo do MPLA recebe significativo apoio de Cuba e União Soviética, enquanto os Estados Unidos apoiam, primeiro a FNLA, e posteriormente a UNITA. Em Cabinda, as forças independentistas que lutavam contra os portugueses, viram-se agora contra o governo vigente de Angola. Embora a FNLA tenha perdido importância ao longo de todo este percurso, a UNITA obtém o apoio da África do Sul, a qual prosseguia com as suas campanhas contra a *South West Africa People's Organization* (SWAPO), um grupo namibiano de libertação com bases em Angola (James, 2004) (Santos, 2005: 6 e 11).

No final da década de 80, os Estados Unidos que garantiam apoio militar à UNITA, exigiam a retirada das tropas cubanas e o fim do apoio soviético. Como resultado das negociações entre Angola, África do Sul, Cuba e Estados Unidos, a retirada das tropas cubanas do território angolano, teve início em 1989. Ainda, no final de 1980, o governo Marxista de Angola implementa programas de privatização, sob o controlo de José Eduardo dos Santos. Um cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA é alcançado em 1991, e o governo vigente acedeu em tornar Angola um Estado Multipartidário. Contudo, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1992, o líder da UNITA, Savimbi, acusa a vitória eleitoral de José Eduardo dos Santos como fraudulenta, recusa-se a aceitar os resultados eleitorais e, em Novembro de 1992, desencadeiam-se severos confrontos entre as tropas lideradas por Savimbi, e as forças governamentais. Como resultado destes ferozes combates, inúmeras cidades bem como a esmagadora maioria das infra-estruturas do país foram destruídas. Apesar das vitórias iniciais serem atribuídas à UNITA, com o controlo de dois terços do território, o facto é que o MPLA acabou por levar a melhor nesta nova contenda (Alves, 1998: 576 e 578).

Em Novembro de 1994, com a UNITA à beira da derrota, José Eduardo dos Santos



e Savimbi assinam o protocolo de Lusaka, um novo acordo no intuito de por termo ao conflito armado. Ambas as partes se comprometem com a integração de vários milhares de militares da UNITA nas forças militares no governo, bem como com a desmobilização de forças excedentárias, de parte a parte. Os capacetes azuis da ONU começam a chegar ao território, em Junho de 1995, para supervisionar todo o processo de integração e desmobilização. Contudo, a integração das forças é suspensa em 1996, e a UNITA atrasa todo o processo de desmobilização das suas forças. Nesse mesmo ano Savimbi declina o convite de vice-presidente, e no intuito de manter a estabilidade interna, constitui-se o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), em 1997, que incluía vários deputados da UNITA (Alves, 1998: 579).

Com o retomar dos combates em 1998, Angola liderada pelo MPLA, suspende o GURN, justificando o acto pelo incumprimento das obrigações da UNITA no Acordo de Paz, suspendendo todos os seus representantes no parlamento, e declarando que jamais voltaria a negociar com Savimbi, reconhecendo no entanto um grupo dissidente da UNITA, a UNITA-renovada. Em 1999 a ONU retira os capacetes azuis estacionados no país, dando apenas continuidade à ajuda humanitária (James, 2004).

A UNITA, controlando a região Noroeste do país (rica em recursos mineiros: diamantes), apresenta receitas anuais elevadíssimas, o que lhe garante a continuidade das suas actividades militares, incluindo significativos efectivos militares estacionados na vizinha Zâmbia e Zaire (actual República Democrática do Congo (RDC)). Os combates prosseguiram com as forças armadas do governo a infligirem várias derrotas à UNITA, nos finais de 1999, enfraquecendo as ainda numerosas forças militares da UNITA. Sanções internacionais³ vêm enfraquecer ainda mais a UNITA (James, 2004).

A morte de Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, foi o severo e derradeiro golpe para os rebeldes seguidores do movimento do Galo Negro⁴. Quase de imediato, a 4 de Abril de 2002, as partes assinaram o Memorando de Entendimento de Luena⁵ (CR, 2000?). Como consequência, a UNITA reconstituiu-se como partido político (James, 2004).

Após 2002, as Forças Armadas Angolanas lançaram várias operações militares em Cabinda que enfraqueceram consideravelmente o movimento de guerrilha. Em Agosto de 2006 o governo assinou o Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação em Cabinda com uma facção da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC)

³ Restrições impostas ao comércio de diamantes não certificados em 2001.

⁴ Como era conhecido o líder da UNITA e como é feita a referência alusiva ao movimento UNITA.

⁵ Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos de protocolo de Lusaka.



representada no Fórum Cabindês para o Diálogo e recompensou os seus membros com vários cargos no governo. No entanto, o acordo de cessar-fogo tem sido encarado por parte da comunidade internacional como de pouca credibilidade, uma vez que se regista o continuar duma rebelião armada, ainda que de baixa intensidade (HRW, 2008).

Eleições legislativas e parlamentares têm lugar em 2008, sendo agendadas as presidenciais para 2009. Como grande vencedor das eleições de 2008, o MPLA, com cerca de 82% dos votos. No entanto, em 2007, a UNITA acusa o governo de uma suposta tentativa de assassinato ao seu líder, Isaías Samakuva, e após o resultado eleitoral, decretado internacionalmente como justo e imparcial, o líder da UNITA referia que os resultados deveriam ser fruto de falsificações (FA, 2007b)).

Como resultado deste confronto de vontades e poder, mais de um milhão de mortos, cerca de 4 milhões de refugiados e as infra-estruturas do país destruídas ou danificadas.

b. O enquadramento geopolítico do continente africano – principais teses

A África é a mais maciça de todas as partes do Velho Mundo. As suas costas não são recortadas, ao invés das do Báltico e da Indonésia (Barreau, 2008: 237).

A sua geografia física revela que se trata de um continente tradicionalmente isolado, quer pelo deserto, quer pelo mar, sendo o segundo maior continente do planeta⁶, com 30.334.592 quilómetros quadrados (Km²) de área, o seu maior comprimento no sentido Norte-Sul de 8.000 quilómetros (Km) e no sentido Este-Oeste, 7.500 Km (Almeida, 1990: 110).

A sua aparência compacta e de isolamento, atenuam-se quando analisado o seu clima muito diversificado⁷ e o seu relevo muito variado⁸. De hidrografia peculiar, apresenta grandes bacias de recepção, com escoamento muito estrangulado para o mar (Almeida, 1990: 110).

A população africana é superior a 800 milhões de habitantes, distribuídos em 54 países e representando cerca de um sétimo da população mundial, com uma densidade populacional média (2000) de 25,88 habitantes por Km² (SOGEOGRAFIA, 2007-2009).

Situada na região ocidental da África Austral, RA faz fronteira a Norte com a República do Congo (RC), a Nordeste com a RDC (ex-Zaire), a Este com a Zâmbia e ao Sul com a Namíbia.

⁶ Imediatamente a seguir à Ásia e três vezes maior do que a Europa.

⁷ Do quente e chuvoso, mediterrânico, savanas secas e desertos.

⁸ Desde a cordilheira do Atlas do Norte, às mesetas Sahariana e Sudanesa, até à região dos grandes lagos e da imensa falha Sul-Norte, correspondente sensivelmente ao curso do Nilo.



(1) Esboço das teses tradicionais

As tradicionais teses geopolíticas não manifestam grande relevo ao continente africano, secundarizando-o e incluindo-o no “*Outer World*” (Almeida, 1990: 112).

No entanto, teorizadores houve que se debruçaram sobre o continente africano.

Para Mahan, nas teses do Poder Marítimo, África afigurava-se valiosa por aí se poderem constituir colónias proporcionadoras de desenvolvimento comercial e por consequência ao crescimento das marinhas (Almeida, 1990: 113).

Mackinder, teorizador do Poder Terrestre, fez vários contributos relativos ao continente. Primeiro situou-o no *World Island*, inevitavelmente ligado com a Europa e com a Ásia. Segundo, definindo no seu interior austral o “*Heartland do Sul*”. Terceiro, considerando a África Mediterrânica incluída no “*Crescente Interior*”, outorgando-lhe a categoria de aliado potencial dos poderes anfíbios. Por último, definindo “*World Promontory*”, em que o corredor central Norte-Sul⁹ assume uma importância vital para o equilíbrio do “*Velho Mundo*” (Almeida, 1990: 113).

As teses do Poder Aéreo consideram África como um continente isolado, afastado das principais rotas transatlânticas, devido ao grande distanciamento entre continentes situados em semelhantes latitudes (Almeida, 1990: 113).

Para SpyKman, Mackinder e Haushofer, que se enquadram nas teses dos Poderes Conjugados, áreas específicas do continente são valorizadas.

Spykman considerava toda a área mediterrânica contida no “*Rimland*” europeu. Cohen divide a zona em três regiões. Primeira, a zona do Maghreb ligada à Europa, o “*Maritime Europe and the Maghreb*”; segundo, a África “*South Sahara*”, incluída no “*Trade Dependent Maritime World*”. Terceiro, o Nordeste africano, ligado ao Médio Oriente, designado por “*Middle East Shatterbelt*” (Almeida, 1990: 113).

Finalmente, a tese das “*Pan-Regiões*” de Haushofer, onde considera que o limite Sul da Europa coincide com o deserto do Sahara, procurando demonstrar que uma pan região euro-africana seria um grande espaço geopoliticamente compensado por abarcar uma ampla faixa de latitude, beneficiando dos equilíbrios que se geram ao longo dos meridianos (Almeida, 1990: 114).

(2) Continente africano, esboço geopolítico de hoje

Embora a geografia permaneça a mesma, África está mais próxima do resto do mundo. As novas tecnologias e a difusão cultural, permitem aproximar África do sistema

⁹ Do Cabo ao Cairo.



dinâmico das relações internacionais.

Dividida em várias unidades políticas, agrupa-se por sua vez em grandes unidades geopolíticas, cada uma com distintas vocações, resultantes essencialmente da geografia e da vizinhança. De acordo com Políbio Valente, o continente africano organiza-se em África mediterrânica, África do “*Middle Ocean*”, África do “*Shatterbelt*”, África Sahariana, África Insular e África ao Sul do Sahara. É nesta última que Angola se encontra localizada, que por sua vez se subdivide em “*Sudan Grassland*”, “*Heartland*” do Sul, “*Rimlands*” e “*Cone Austral*”. É igualmente neste último que Angola se encontra localizada (Almeida, 1994: 116).

O “*Sudan Grassland*”, constitui-se numa região de pastagens, onde é possível a agricultura permanentemente, constituindo-se como uma zona amortecedora nas relações entre o Norte e o Sul africanos (Almeida, 1990: 117 e 118).

O “*Heartland do Sul*”, expressão de Mackinder, situando o limite Norte desta área por volta dos cinco graus de latitude Sul. Caracteriza-se por ser uma área tipicamente continental, inacessível ao poder marítimo, plana, facilitando as comunicações e com uma enorme variedade de recursos, o que lhe permite abarcar grandes quantidades de população e ser auto-sustentável, fazendo parte dela, além de Angola, a RC, a RDC, o Uganda, o Ruanda, o Burundi, a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe e Moçambique. Destes, oito não têm acesso ao mar, o que irá conferir especial importância ao país objecto do nosso estudo (Almeida, 1990: 117 e 118).

Os “*Rimlands*” caracterizando-se por se tratar de um anel anfíbio envolvente do chamado “*Cone Austral*”, com potencialidades de condicionar extremamente o desenvolvimento político da área, onde Angola pode desempenhar um papel crítico e onde a África do Sul possui importância quase hegemónica (Almeida, 1990: 117 e 118).

O Cone Austral abarca o *Heartland* e parte dos *Rimlands*, pelo que se constitui como uma das mais importantes e vitais regiões africanas (Almeida, 1990: 117 e 118).

África é um continente em transição, essencialmente à custa de múltiplas tensões. Pelas suas características geopolíticas está profundamente ligado ao mundo marítimo. As potencialidades em recursos minerais, associadas à atlanticidade (da maioria da África do Sul do Sahara), relevam o papel que pode desempenhar nas ligações entre a estratégia da NATO, e as estratégias definidas para o Atlântico Sul, o que pode vir a conferir-lhe um lugar de destaque no futuro (Correia, 2008: 20)¹⁰. À medida que o seu desenvolvimento se

¹⁰ In Prof. Doutor Adriano Moreira: “Dois terços da população mundial concentram-se na Ásia, em torno de dois pólos de poder e de influência que são a China e a Índia. A proximidade a África dita a sua apetência



vai acentuando, o Estado há-de aparecer com mais nitidez, os blocos regionais com mais objectividade e o continente com uma contribuição de inegável valor para a cooperação mais dinâmica e uma paz mais esclarecida (Almeida, 1990: 119).

c. Síntese conclusiva

Marcada por lutas, desde a descoberta em 1482, Angola só conhece a pacificação do seu território já no início do século XX. O seu verdadeiro desenvolvimento dá-se na metade desse mesmo século, contudo, os movimentos de libertação e a potência colonizadora, conduzem Angola ao primeiro grande conflito, o da independência, marcado pelo enorme esforço de guerra dos portugueses, mas também pelos conflitos internos na disputa do poder.

Tornada independente a 11 de Novembro de 1975, as suas potencialidades foram de imediato sangradas, pelo abandono da maioria da população europeia, dada a frágil situação política e a confrontação militar eminente pela disputa do poder. Seguem-se quase três décadas de guerra civil, com o fim marcado pelo dia 22 de Fevereiro de 2002.

Marcadamente isolado, o continente africano é o segundo maior do planeta, destacando-se a grande diversidade do seu clima e relevo.

Apesar de relegado para segundo plano, pensadores houve que se debruçaram sobre África, inicialmente pela possibilidade de aí se constituírem colónias, fomentadoras de comércio e por consequência contribuírem para o crescimento das marinhas e posteriormente, pela subdivisão e análise mais dedicada, constituindo-se a África Sub-sahariana “*Trade Dependent Maritime World*”.

Geograficamente, África divide-se em África do Norte e África Subsariana, ou África Negra. Nesta última, Angola encontra-se no chamado “Cone Austral”, abarcando o *Heartland* e com importância significativa para com o *Rimland*, o que a fazem uma das mais importantes e mesmo vitais regiões de África.

Considerando o conceito de Ratzel, de que “espaço é poder”¹¹ (Chaliand, 1994: 782 e 784), concluí-se que Angola tem potencialidades para competir através do seu espaço (*Raum*) e pela sua posição geográfica (*Lage*) de charneira entre África Austral e Central.

“*Para Portugal o estatuto de Angola é claro! Angola (...) é potência regional africana. Esta é uma realidade estratégica incontornável.*”

pela projecção de poder e influência. Estrategicamente, é da maior importância para o mundo ocidental manter uma estreita afinidade com África (...)”.

¹¹ A sua tese preconiza o poder do estado assente nas coordenadas, de Espaço (*Raum*) e de Posição (*Lage*) – o espaço vital.



3. Análise geopolítica e geoestratégica

Com recurso ao método do potencial estratégico, far-se-á de seguida a análise dos factores físico, humano, recursos, circulação e, por último, o factor estruturas, (IESM, 2007), procurando sintetizar aquilo que são as grandes potencialidades e as grandes vulnerabilidades. Por não ter realce significativo, o factor tecnológico não será objecto de análise.

a. Factor Físico

Para melhor compreender a análise do factor, no Apêndice 2 encontram-se desenvolvidas as suas características.

(1) Potencialidades

A extensão do seu território, com capacidade de alojar uma elevada população e com espaço de manobra e compartimentação do seu território, possibilitam condições favoráveis em caso de defesa contra ataques convencionais, que podem ser potenciadas pela profundidade e extensão, possibilitando o estabelecimento de zonas de refúgio numa estratégia de resistência, contra um invasor externo. A variedade do seu clima, conjugada com a pedogênese¹² dos seus solos, permitem-lhe tirar partido na exploração agropecuária, conjugado com a posse de vastos recursos naturais (atlânticos e continentais) alicerçada pela sua extensa ZEE, poderão contribuir para uma sustentabilidade diversificada. No quadro regional, a sua posição geográfica de charneira, permite-lhe ocupar uma posição geoestratégica, influenciando directamente nas regiões austral (anglófona) e central (francófona), bem como as rotas marítimas do Atlântico Sul, conferindo-lhe uma vantagem significativa sobre os países encravados (Almeida, 1990: 139), ocupando uma posição mista, simultaneamente continental e marítima. A extensão da orla marítima, valorizada por excelentes baías, oferece óptimas condições para instalações portuárias, possibilitando-lhe um franco domínio, sobre as principais rotas comerciais e energéticas do Atlântico Sul.

(2) Vulnerabilidades

A descontinuidade territorial, devido à localização de Cabinda, cria dificuldades naturais de comunicação e a grande extensão das suas fronteiras terrestres, tornando-a permeável, com particular incidência à região diamantífera, cumulativamente, associado aos conflitos regionais que geram enormes massas de refugiados, obrigam a dispersar

¹² Processo natural de formação do solo.



recursos, económicos e militares. A localização numa região onde abunda uma grande variedade étnico-cultural (aquém e além fronteiras) poderá conduzir a um choque de culturas e por consequência, de tensões.

b. Factor Humano

Para melhor compreender a análise do factor, no Apêndice 3 encontra-se desenvolvido as características deste factor.

(1) Potencialidades

A taxa de crescimento humano de quase 3%, num futuro próximo, poderá constituir-se como uma fonte importante de recursos humanos, ainda que não se constitua como factor de poder. O elevado número de população jovem permite, nas próximas décadas, uma elevada disponibilidade de mão-de-obra. O elevado índice de fecundidade, que assegurará a continuidade de uma população jovem. A reduzida densidade populacional indicia o potencial desenvolvimento da população angolana.

(2) Vulnerabilidades

A assinalável taxa de fecundidade, associada aos índices de pobreza, aumentará os cerca de 70% da população que vivem na pobreza. A reduzida esperança média de vida não permite rentabilizar em plenitude o recurso humano. A grande concentração em áreas urbanas indica uma desigual distribuição pelo território, não potenciando os recursos humanos disponíveis, provocando uma desertificação no interior e um foco constante de tensões nas zonas urbanas. A elevada assimetria na distribuição da riqueza o que provoca grandes desigualdades e tensões sociais, poderá originar conflitos. A elevada taxa de analfabetismo, num país tão necessitado de conhecimento, contribuem para a reduzida capacidade produtiva. As diversidades étnicas poderão constituir-se num factor de tensão interna e comprometer a coesão nacional¹³, podendo levar a uma competição pelo controlo do Estado. A elevada densidade populacional na capital, com mais de dois milhões de habitantes numa área de 3.000 Km², provoca graves desequilíbrios sociais e ecológicos no sistema. Os fluxos migratórios intra-regionais, motivadas pelos constantes conflitos, contribuem para o alicerçar da pobreza, fomentar o crime organizado, agudizando as tensões sociais internas na disputa pela subsistência.

c. Factor Recursos

¹³ Os dois contendores e actores da guerra civil em Angola eram apoiados, na generalidade, por etnias diferentes entre si.



Para melhor compreender a análise do factor, no Apêndice 4 encontram-se desenvolvidas as suas características.

(1) Potencialidades

Os recursos energéticos (petróleo, gás natural e energia hidroeléctrica) de Angola, são estratégicos. A quantidade e qualidade do petróleo constituem um motivo de disputa de muitos países e companhias internacionais. Com uma produção em crescente sucessiva, Angola afirma-se como o segundo maior produtor da África Subsariana, com um diferencial mínimo relativamente à Nigéria. As mais recentes descobertas deste recurso poderam permitir um aumento da produção nos próximos anos. O mercado americano, chinês e europeu representam os principais importadores deste recurso. O gás natural, actualmente potencia a balança dos hidrocarbonetos, prevendo-se que as reservas existentes permitam a exploração nas próximas três décadas. Igualmente, a sua potencialidade hidroeléctrica, permitir-lhe-ão, sem acrescidas dificuldades, tornar-se um dos principais, se não o principal, exportador de energia hidroeléctrica para a África Subsariana. Neste capítulo, não nos podemos esquecer do biocombustível¹⁴, sendo previsível que Angola, pelas potencialidades agrícolas, se torne num dos mais importantes produtores de todo o continente africano. Com isto contribui não só para a “saúde do planeta”, mas para a diversificação do seu potencial energético, diminuindo igualmente as importações de açúcar.

Os recursos minerais de Angola constituem inegavelmente uma potencialidade, muito embora não totalmente conhecida, que para além do factor económico, permitem empregar um número significativo de mão-de-obra. O seu desenvolvimento económico e social poderá, em parte, ser construído com base nas suas riquezas minerais em particular nos seus diamantes, garantindo diversidade à sua economia, à semelhança do que aconteceu na África do Sul. As reservas diamantíferas, em quantidade e qualidade, colocam Angola como quarto maior produtor mundial de diamantes brutos.

Muito embora Angola não disponha, na actualidade, de recursos alimentares suficientes, as condições criadas pela natureza do solo, clima, vegetação natural, morfologia e uma extensa ZEE permitem a exploração de recursos alimentares (agropecuárias e piscícolas) em quantidade, variedade e qualidade para garantir a auto-suficiência alimentar, inclusive como fonte de exportação, podendo albergar este sector, significativos efectivos de população.

¹⁴ Proveniente da cana-de-açúcar.



(2) Vulnerabilidades

O facto da economia angolana estar fortemente dependente do petróleo e do gás natural, de características não regeneradoras, poderá a médio prazo constituir-se como uma das suas grandes fragilidades. Contudo as prospecções em curso revelarão a existência de mais reservas. Mas é um dado adquirido que este recurso é finito, e que Angola não o vai ter disponível eternamente, para sustentar a posição que detém na região e no mundo.

As enormes potencialidades garantidas pela mineração são reduzidas a vulnerabilidades, como resultante das infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias necessárias ao transporte dos mesmos, pois o minério não tem utilidade se não poder ser escoado dos locais de extracção para os locais de consumo ou transformação. Acresce a esta vulnerabilidade carência de pessoal especializado e conhecedor das técnicas e tecnologias aplicáveis, para além da falta de capacidade de transformação.

No âmbito dos recursos alimentares, o facto de Angola não dispor de recursos alimentares em quantidade suficiente advém da desarticulação total do sistema agrícola e das pescas, provocado pelos milhares de minas que ainda não foram desactivadas, a frota pesqueira envelhecida, as decadentes ou inexistentes infra-estruturas de apoio à produção, armazenamento, transporte e comercialização, e a ausência de maquinaria, tornando a agricultura essencialmente de subsistência.

d. Factor circulação

Para melhor compreender a análise do factor, no Apêndice 5 encontram-se desenvolvidas as suas características.

(1) Potencialidades

Actualmente, as deficientes infra-estruturas, rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias não facilitam a acessibilidade a pessoas, bens e serviços. No entanto, Angola começa a recuperar as estruturas existentes e redimensioná-las de acordo com a dimensão do país, que pela sua posição geográfica, permitirá usá-las como factor de poder, perante os países vizinhos que não dispõe de saídas para o mar. Angola disputará, assim o papel que a África do Sul desempenha actualmente na África Austral.

As comunicações de relação, actualmente, não constituem uma potencialidade de Angola, embora as perspectivas sejam promissoras. No entanto alguns dos seus serviços, nomeadamente o serviço de rádio que é o de divulgação mais geral, tem sido utilizados com objectivos de formação da opinião pública e propaganda política, constituindo como tal um factor de poder de âmbito interno. Face ao atraso tecnológico de Angola, é difícil a



visualização de que as comunicações de relação se venham a transformar num factor de poder a curto prazo, ainda que o quadro de investimentos externos neste sector sejam notórios.

(2) Vulnerabilidades

Enquanto o sistema de comunicações de transporte não se constituir como uma potencialidade, a usar como instrumento de política externa e interna, não lhe podemos associar vulnerabilidades, mas sim uma fragilidade, pois a deficiente exploração das capacidades de transporte fluvial, associada à muito degradada rede rodoviária e ferroviária, reflectem o atraso geral do país em infra-estruturas de transporte e condicionam fortemente o desenvolvimento do mesmo.

Sem um sistema de comunicações de relação adequado não é possível influir no processo de formação da opinião pública, nas transformações culturais, na divulgação e difusão de informação. Para um estado com o tamanho de Angola, em que o sistema de comunicações de transporte é deficiente, é ainda mais necessário que as comunicações de relação sejam poderosas para que a integridade da identidade angolana não se dissolva. Como referido nas potencialidades, os investimentos externos neste sector irão permitir, a médio prazo, colmatar estas vulnerabilidades e potencializar Angola para uma outra esfera a nível regional.

e. Factor Estruturas

Para melhor compreender a análise do factor, no Apêndice 6 encontram-se desenvolvidas as suas características.

(1) Potencialidades

A evolução do sistema político democrático, reforçado com as recentes eleições, permite a Angola constituir-se como uma referência de democracia e estabilidade regional. A estabilidade alcançada permite-lhe estabelecer as mais diversas e convenientes alianças estratégicas, alavancadas pela integração nas organizações regionais e internacionais que regulam o sistema económico internacional. A estabilidade que o país atravessa, proporciona um significativo investimento externo, em sectores para além do petróleo, o qual é normalmente seguido de contrapartidas, com as quais o Governo angolano procura dinamizar políticas sociais para colmatar as suas lacunas. O enorme potencial dos recursos, particularmente no que diz respeito à extracção de petróleo e diamantes e outros recursos energéticos de que dispõe, assegura só por si um factor multiplicador das potencialidades



angolanas, não só para a reconstrução do país, como para a afirmação regional. A redução da sua dívida externa, associada aos elevados índices do PIB, permitem-lhe reorientar as suas políticas de reforma para os sectores mais carenciados e frágeis do Estado. O peso que as suas forças armadas representam na região, como garante de poder, advém dos recursos financeiros disponibilizados para as mesmas e das actividades de modernização que têm sido alvo, potenciado pela experiência das mesmas, como resultado do conflito interno e intervenções externas, ainda que a sua Marinha de Guerra se constitua uma fragilidade, face à falta de meios para fazer face à extensa ZEE e respectiva responsabilidade inerente a tal facto.

(2) Vulnerabilidade

A dimensão assumida pelo MPLA no governo e Assembleia Nacional, cumulativamente com os poderes centrados no presidente e a sua presença quase dinástica, podem desvirtuar a dimensão dita democrática do país. Indiciada pelos elevados índices de corrupção, poderá fomentar o crime organizado. O grande “calcanhar de Aquiles” angolano encontra-se na nítida ausência de estruturas sociais capazes de fazer face à caótica situação social do país. As elevadas taxas de analfabetismo e escassez de recursos humanos com formação média e superior, traduz-se na falta de potencial humano qualificado em áreas técnicas e do conhecimento. Os elevados índices de desemprego, conjugados com uma inflação significativa, potencia a crise socioeconómica angolana. A difícil situação sanitária, pela ausência de pessoal qualificado, pelas insuficientes estruturas sanitárias, associada à incidência de doenças infecto-contagiosas e elevadas taxas de mortalidade, traduzem-se em consequências nefastas no potencial humano de Angola.

f. Síntese conclusiva

Angola, com os seus 1.246.700 Km² de território, estrategicamente localizada no Sudoeste africano, que lhe confere uma posição mista (continental e atlântica) e lhe permite constitui-se como charneira de relevo entre dois grandes blocos regionais, apresenta uma fraca densidade populacional mal distribuída por um território com algumas das maiores riquezas de África, encontrando-se a sua população essencialmente na faixa litoral, incidindo sobre as zonas urbanas.

Em paz desde 2002, a ainda frágil nação, procura manter o equilíbrio da reconciliação nacional, vivendo o paradoxo de tudo ter e de tudo precisar.

Para além do petróleo e dos diamantes, abundam muitos outros recursos estratégicos. Contudo a organização económica, social e política do país apresenta-se



devastada e ainda que significativos esforços (internos e externos) procurem inverter a situação, os seus problemas são mais do que estruturantes. Infra-estruturas degradadas ou inexistentes, alarmantes taxas de iliteracia e dissimetrias sociais, agravam o estrondoso fosso entre ricos e pobres, a precariedade sanitária conducente a elevadas taxas de mortalidade, corrupção e alinhamento com uma máquina partidária devastadora, o MPLA, ignidores incontornáveis do crime organizado.

Angola passa por um momento de efusante crescimento económico, alicerçado sobretudo pela produção de petróleo, mas muitos são os recursos disponíveis no seu menu, os quais podem contribuir para a solidificação da sua economia e resolução dos seus problemas sociais.

Se no passado a etnicidade era reveladora de posicionamento partidário, e alinhava com facções em disputa pelo poder, hoje a realidade assim não o aparenta. No entanto, as tensões, derivadas de questões estruturantes como as sociais, poderão vir a manifestar-se.

Militarmente, as suas forças armadas têm um peso e valor notório na região, quer pela sua experiência, equipamentos e até organização, preconizando-se como uma fonte de poder.



“ Angola tem condições para se transformar numa das potências hegemónicas da África Austral, e até poderá alcançar o predomínio da região (...) ”

(Santos, 2004: 143)

4. Relações Internacionais de Angola

A política externa de qualquer país é condicionada pelo contexto internacional em que se desenvolve, pela posição que o país ocupa ou aspira a ocupar no mundo e pelos meios de que dispõe e que considere dever utilizar para preservar ou alcançar tal posição.

Determinada por factores objectivos e subjectivos, é normal que a política externa de um país só excepcionalmente se mantenha linear por períodos relativamente longos (Maior, 2009). Seguidamente, passamos em análise algumas dessas relações.

a. Bilaterais – Âmbito regional

(1) África do Sul

A República da África do Sul (RAS) está localizada no extremo Sul do continente africano. No encontro dos dois oceanos está o cabo da Boa Esperança, ponto estratégico de rotas comerciais. O regime de segregação racial (*apartheid*) termina oficialmente com a primeira eleição multirracial, em 1994, mas deixa a pesada herança das desigualdades sociais. Com mais de uma década de experiência democrática, persistem os altos índices de pobreza, criminalidade e desemprego. A epidemia da SIDA assola o país. Na economia sul-africana convivem a agricultura de subsistência com uma moderna actividade industrial e mineira, que dá ao país o maior Produto Interno Bruto (PIB) do continente. A RAS é o principal produtor mundial de ouro e um dos líderes na extracção de diamante. O turismo também é uma significativa fonte de divisas (Lima, 2004: 3).

Não há referência significativa em termos de produção de petróleo mas a sua importância regional é assegurada pelo seu estágio de desenvolvimento, pela organização do Estado, pelo poder das suas Forças Armadas (Correia, 2008: 25).

A RAS determinou muita da política externa angolana durante os anos 80. As negociações para o fim da presença sul-africana em território da Namíbia, coincidiram com a retirada das forças cubanas de território angolano. A presença cubana bem como a de bases da *South West Africa People's Organization* (SWAPO) e a do Congresso Nacional Africano (ANC) em território angolano, aliadas ao argumento de que uma Namíbia independente tornaria a África do Sul mais vulnerável, justificavam a presença sul-africana na Namíbia, permitindo-lhe lançar diversas incursões sobre o território angolano (Santos, 2005: 6 e 11).



As tensões entre Angola e a África do Sul acentuam-se com a intervenção na RDC liderada por Angola com o apoio do Zimbabué e da Namíbia. Apesar da África do Sul não concordar com a intervenção militar, os três países conseguiram um mandato da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC) para a intervenção (Van-Dúnem, 2009a))¹⁵.

A entrada da RAS no sistema internacional, pós *apartheid*, reestruturou as relações na região. Como maior potência económica do continente, a ambição de liderar a SADC e de se afirmar como porta-voz do continente ficaram evidentes com a eleição de Nelson Mandela como Presidente da República (Van-Dúnem, 2009a)).

A competição entre Angola e a RAS é, agora, ao nível económico. No entanto, esta competição é sem dúvida, ainda, desigual, pois só a África do Sul detinha em 2006 um PIB superior a 256 mil milhões USD¹⁶, cerca de 50% do PIB da região (IMF, 2007 p. 78 a 81).

Não deixando de ser um objectivo económico e político de enorme importância, os factores de boa vizinhança e a integração regional, são condições necessárias da sua política externa, centrada na competitividade regional e internacional (Mourão, 2000?).

De realçar os interesses sul-africanos em Angola, em especial no que concerne ao comércio diamantífero e à extracção petrolífera. As relações diplomáticas entre ambos aparentam melhorias significativas. Em 2007, Angola e África do Sul assinaram acordos de cooperação nos sectores do petróleo e turismo, bem como uma declaração de intenções no sentido de eliminar a obrigatoriedade de vistos (AfDB, 2008 p. 108).

A África do Sul fornece cerca de 11% das importações de bens registados de Angola, bem como serviços bancários, de consultoria, de saúde e educação, entre outros (Sogge, 2006: 3).

(2) República Democrática do Congo

Florestas tropicais cobrem metade do território, irrigado por inúmeros rios, com destaque para o Congo, o segundo mais extenso da África. Montanhosa e vulcânica, a região abriga vários os parques nacionais e santuários de gorilas. Cerca de 60% da população, com mais de 200 etnias, vive em áreas rurais. Um dos líderes na produção mundial de diamantes e possuidor de vastas reservas minerais. Assolada pela guerra civil a RDC tem, como pano de fundo, a disputa por um território pródigo em riquezas minerais, como diamantes, ouro, estanho e nióbio (Lima, 2004: 27).

Depois de anos de amarga rivalidade, especialmente pelo apoio prestado por

¹⁵ Professor Universitário e analista de política internacional.

¹⁶ United States Dollars (USD).



Mobutu ao movimento de Savimbi, o governo angolano enviou significativos efectivos militares, em apoio da rebelião de Kabila, travando-se fortes combates, tanto com a UNITA bem como com “Mobutu”, vindo a ascender ao poder Kabila e o Governo da RDC (ALVES, 1998 p. 580). A consolidação do poder de Kabila podia significar a estabilidade regional, mas tal não acontece: Ruanda e Uganda envolvem-se no intuito de depor Kabila e, uma vez mais, Angola, sai em seu auxílio.

Em 2001, Laurent-Desiré Kabila é assassinado, sucedendo-lhe Joseph Kabila, seu filho, tendo como aliado estratégico Angola. Como prova de tal desiderato, em visita oficial em 2007, o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas congoleesas, solicitou o apoio do Governo angolano no processo de formação do Exército, reforçando desta forma o apoio que Angola vem dando na formação e treino das mesmas (JA, 2002a)).

Em resposta ao agudizar do conflito interno na RDC, o Presidente angolano condenou a rebelião armada e eventuais ingerências externas no conflito e assumiu o apoio de Angola ao Governo congolês (TPA, 1999-2009).

(3) Zâmbia

Situada no Centro-Sul de África, a Zâmbia abriga as famosas cataratas de *Victoria Falls*, no rio Zambeze. A maior parte de seu território é coberta por savanas. Parques nacionais abrigam grande variedade de animais. A população, composta por cerca de 70 etnias, concentra-se nas regiões de extracção de cobre, ao Norte da capital, Lusaka. A Zâmbia está entre os maiores produtores mundiais desse minério. Possui ainda reservas de cobalto, zinco e chumbo. A agricultura, que ocupa quase 70% da força de trabalho. Mais de 10% da população encontra-se infectada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (Lima, 2004: 32).

Durante a guerra civil angolana, ainda que camufladamente, prestou apoio à UNITA, ao mesmo tempo que apoiava o Governo instituído do MPLA. A UNITA, sem aprovação embora sem resistência, treinava e sustentava as suas tropas em campos instalados em território da Zâmbia. A partir de meados da década de 80 surge um forte desejo na estabilização de Angola, face à situação quase caótica provocada pelo fluxo de refugiados e à necessidade de utilizar o caminho de ferro de Benguela, como alternativa a África do Sul. De facto, desde 1979 que Angola e a Zâmbia não estabeleceram quaisquer acordos de cooperação. O único em vigor entre os dois países é o de defesa e segurança. Em 2008 os dois países resolveram revitalizar a Comissão Bilateral de Cooperação, paralisada há quase 30 anos. Nesse contexto, Angola anunciou a decisão de reabilitar os



corredores do Lobito e Namibe – definidos pela SADC como prioritários para o desenvolvimento da África Austral. Adicionalmente, a Zâmbia solicitou ao Governo angolano a construção de um ramal do Caminho de Ferro de Benguela até à região produtora de cobre, junto à fronteira com o saliente do Cazombo (AngoNoticias, 2000?b)).

(4) Namíbia

Independente da África do Sul desde 1990, a Namíbia é o país com a menor densidade demográfica no continente. A maior parte de seu território situa-se em áreas desérticas (deserto da Namíbia e o de Kalahari). Os seus parques e reservas de animais selvagens são ponto de atracção turística. A economia baseia-se na pesca, criação de gado. O país é um dos grandes produtores mundiais de urânio e diamante. A nação carrega a herança do *apartheid*, com a riqueza concentrada nas mãos da minoria branca, apenas 7% da população do país (Lima, 2004: 22).

Antes da independência da Namíbia em 1990, Angola serviu de base de retaguarda da SWAPO. Com a independência, Luanda podia esperar alguma tranquilidade na sua fronteira a Sul, em especial no que se refere ao apoio das forças da UNITA pela África do Sul, bem como o fim das incursões sul-africanas em busca dos guerrilheiros da SWAPO. No entanto, tal não aconteceu, o que pôs em causa as relações entre Angola e a Namíbia, gerando alguma instabilidade e desconfiança. A Namíbia pode ainda constituir-se num forte competidor com Angola, para além do sector diamantífero, no sector dos transportes, pois além dos portos angolanos, os portos de *Walvis Bay* e *Lüderitz*, são os únicos na região.

b. Bilaterais – Âmbito mundial

(1) Estados Unidos da América

Angola assume um importante desafio estratégico para os Estados Unidos da América (EUA), “(...) *the United States has important strategic interests in the stability and progress of Angola, (...) America needs to intensify its engagement with this geopolitically significant country*” (Pham, 2008).

Pode dizer-se que após a independência e até finais da década de 1980, as relações dos EUA com Angola foram definidas pela política da guerra fria. Quando o MPLA chegou ao poder e declarou a independência, os EUA opuseram-se à admissão do país na ONU, mantendo essa oposição até 1976. Os EUA apoiaram, em primeiro lugar a FNLA e posteriormente a UNITA, sem que fossem estabelecidas quaisquer relações diplomáticas formais com Luanda, até 1992. Após reconhecer a República de Angola, em 1993, e



especialmente desde o fim da guerra, em 2002, as relações entre os EUA e Angola têm vindo a intensificar-se. O então Secretário de Estado, Colin Powell, visitou Angola em 2002; o Presidente George W. Bush designou Angola como elegível para as preferências tarifárias possibilitadas pela Lei de Crescimento e Oportunidade para África, em 2003; em 2004 o Presidente angolano visita oficialmente Washington e, em 2006, Angola foi escolhida para ser um dos três países piloto para a Iniciativa sobre Malária (USAID, 2005). A Embaixada dos EUA em Angola, uma das maiores missões americanas na África Austral, inclui representantes dos Departamentos de Estado, da Defesa e dos Centros para Controlo e Prevenção de Doenças (EmbassyRA, 2006). A Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID), encontra-se empenhada numa série de programas, do aumento da segurança alimentar à assistência para a reforma económica de entre outros (USAID, 2005).

O General William E. Ward, vice-comandante do Comando Europeu dos EUA, visitou Luanda em 2006, no reforço de uma estratégia mais ampla que visa reforçar a segurança marítima no Golfo da Guiné, contra terrorismo e proliferação de HIV/SIDA, de entre outras (CFR, 2007 p. 33).

Uma série de outros ministérios e organismos do governo americano, como o Departamento de Transporte, de Comércio, de Energia e a Administração Federal da Aviação, mantêm relações com Angola. Outro campo de actuação americana é o da parceria militar com Angola, tendo recebido em 2008 a primeira visita de um navio da marinha americana, (CFR, 2007: 33).

O programa internacional de formação militar, *International Military Education and Training* (IMET), proporciona formação em língua inglesa para as Forças Armadas Angolanas (FAA) e formação profissional para polícias. É possível que a área de colaboração mais importante a nível militar entre os dois países seja uma iniciativa conjunta para evitar a transmissão do HIV/SIDA, nas forças armadas, colaboração que o governo angolano dá grande valor (CFR, 2007: 33).

É inegável que Angola representa para os EUA uma possível alternativa no esforço de obtenção de recursos vitais, nomeadamente petróleo e minérios, tendo-se estes convertido num “*aliado estratégico*” para os projectos de desenvolvimento e modernização do país (CEBRI, 2002), pois “ (...) *poucos países africanos são mais importantes para os interesses dos Estados Unidos da América que Angola (...). O sucesso ou o fracasso de Angola, na passagem de quase trinta anos de guerra para a paz e a democracia, tem consequências para a estabilidade do abastecimento de petróleo dos Estados Unidos*”



(CFR, 2007: 3).

(2) Brasil

Angola constitui o principal parceiro africano do Brasil, e destaca-se pela percepção generalizada de que o país tem recursos e condições para se desenvolver de forma acelerada nos próximos anos, e de que deverá oferecer significativas oportunidades de negócios ligadas ao processo de reconstrução nacional (Moreira, 2006).

Historicamente, o Brasil, primeiro país a reconhecer Angola, sempre dedicou expressivo apoio diplomático ao Governo de Luanda. Esse apoio foi visível na ONU, sendo por vezes quase único (Moreira, 2006).

Na área económico-financeira, o Governo brasileiro concedeu, ao longo da década de 90, créditos financeiros a Angola na ordem dos mil milhões USD. Graças ao Memorando de Entendimento Brasil-Angola (MEBA), na década de 80, renovado em 1995, e posteriormente em 2001, foi possível a Angola amortizar em petróleo o seu débito para com o Brasil e em troca, receber o montante de 45%, parte do pagamento sob a forma de novos créditos para a importação de bens e serviços brasileiros. Mediante um Protocolo de Intenções, assinado em 2005, o Brasil aumentou o crédito a Angola de modo a atingir o montante de 580 milhões USD no triénio 2005/2007, o que permitiria a conclusão de vários projectos, bem como a efectivação de outros (Moreira, 2006).

As autoridades angolanas esperam que o Brasil assuma um protagonismo de destaque na tarefa de reconstrução do país, mediante a celebração de importantes parcerias (Moreira, 2006), a comprová-lo, as importações do Brasil quadruplicaram entre 2003 e 2006, tornando-se no quarto maior mercado africano das exportações brasileiras. Em 2007, foram assinados sete acordos de cooperação, bem como a extensão da actual linha de crédito em mais mil milhões USD, com vista a facilitar o investimento de empresas brasileiras (AfDB, 2008 p. 108) (IEEI, 2006).

A lusofonia tem um papel acrescido neste relacionamento. Se por um lado a língua funciona como facilitador nas relações económicas e implantação das empresas brasileiras, por outro lado, aspectos tão importantes como os culturais, permitem balancear favoravelmente em proveito da potência sul-americana.

(3) Portugal

Desde a sua Independência, as relações de amizade e cooperação luso-angolanas conheceram altos e baixos. Num contexto bastante conturbado, em que os interesses das superpotências se cruzavam em Angola. Portugal reconheceu o Governo angolano cerca de



três meses após a sua independência.

As relações diplomáticas entre os dois Países são restabelecidas em finais de 1975, marcadas pela abertura de um Consulado Geral em Luanda. No ano de 1978 é assinado o Acordo Geral de Cooperação entre Angola e Portugal, instrumento que se constituiu no primeiro passo sólido para a reconciliação e reaproximação luso-angolana (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Em 1979, é assinado, na capital angolana, o Acordo Comercial. Este veio incentivar bastante as exportações portuguesas para Angola. Em 1982, o Presidente da República português visita Angola, e assina o Acordo de Cooperação Económica (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Em 1987, o Presidente de Angola visita Portugal, onde é assinado um Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica. Era necessário que a cooperação com Portugal deixasse de assumir um carácter essencialmente comercial e enveredasse pela diversificação, com prioridade para o investimento no sector produtivo (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Os inúmeros esforços internos e externos, com vista à pacificação de Angola, empreendidos pelo Presidente José Eduardo dos Santos, em Gbadolite, 1989, geram uma onda de optimismo, porém, o silêncio das armas é efémero, devido ao incumprimento dos compromissos por Savimbi. O cenário de conversações transfere-se para Portugal. Em 1991, o Governo angolano e a UNITA assinaram os Acordos de Bicesse, tendo como principal meta o fim da guerra em Angola e a realização das primeiras eleições pluripartidárias (EmbassyRA, 2004-2006a)).

O reacender da guerra veio deitar por terra a esperança e o dinamismo instaurados com o Acordo de Paz. As trocas comerciais entre os dois países baixaram vertiginosamente e o investimento português em Angola foi praticamente nulo. (EmbassyRA, 2004-2006a))

Os sinais de confiança no futuro de Angola foram evidenciados pela comunidade internacional na I Mesa Redonda sobre Angola, realizada em Bruxelas, em 1995, durante a qual o Governo angolano recebeu promessas de ajuda de mil milhões de dólares para o seu Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional. Portugal participa com uma ajuda significativa (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Em 1996 é assinado o Acordo de Cooperação Financeira, de promoção do investimento de conversão da dívida e de adequação dos instrumentos financeiros. Os dois países estabelecem em três planos as bases da sua cooperação: o plano da Cooperação Tradicional, assente na Capacitação Institucional e na Valorização dos Recursos Humanos,



o plano da participação de Portugal no Programa de Reabilitação Comunitária, e o plano da Cooperação Empresarial (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Em 1996, é constituída a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que cria um espaço de cooperação multilateral entre os dois países. As relações ganham uma nova dimensão (EmbassyRA, 2004-2006a)).

Em 1999 o Governo português anunciou o desejo de alterar a filosofia do funcionamento dos mecanismos que garantiam a operacionalidade das relações de cooperação económicas, científicas, técnicas e culturais, decorrentes da sua condição de membro da União Europeia, adoptando um Programa Indicativo de Cooperação (PIC), que aborda apenas a cooperação não reembolsável. Os PIC, negociados em finais de 1999 com a duração de três anos, assentaram em eixos transversais de cooperação que visaram, preferencialmente, a promoção das condições sociais e da saúde, a valorização dos recursos humanos e culturais, o apoio a consolidação das instituições e o desenvolvimento socio-económico sustentável. O primeiro PIC, de 2000 a 2002, com uma dotação financeira a volta dos 75 milhões USD, contou com uma execução na ordem dos 30%. O segundo, de 2004 a 2006, com uma dotação de 60 milhões de euros, teve uma taxa de execução igualmente aquém das expectativas. Em 2007, foi assinado o Memorando de entendimento para ao quadriénio 2007/2010, que fixou a dotação financeira do PIC em 65 milhões de euros (EmbassyRA, 2004-2006a)).

O investimento português em Angola no ano de 2008 atingiu os 620 milhões USD, triplicando os de 2007 (Angop, 1997-2008b)).

As principais relações económicas têm particular realce na participação empresarial portuguesa no sector petrolífero e na banca angolana. No sector dos petróleos, as relações entre os dois países são reguladas pelo Acordo de Cooperação. Neste domínio, no que toca a pesquisa e produção, pode-se apresentar como exemplo as participações da Petrogal, que possui, nas concessões petrolíferas dos blocos 14 e 32, respectivamente, 9 e 5%. A GALP e a Partex & Gás são detentoras, respectivamente, nos blocos 33 e 17, de 5 e 2,5%. Destaque também para a presença no mercado angolano das empresas portuguesas de construção civil como a Mota Engil, Soares da Costa, Teixeira Duarte e Somague. Outro exemplo do dinamismo das relações entre instituições empresariais dos dois países tem a ver com o sistema financeiro, uma vez que este conta actualmente com 19 bancos dos quais sete¹⁷ têm participação de accionistas portugueses (Angop, 1997-2008a)).

¹⁷ São os casos do Banco de Fomento de Angola (BFA), onde os portugueses detêm 50,1%, o Banco Totta de Angola com 99,9%, Banco Millennium de Angola com 50,1%, Banco Espírito Santo Angola com 80%,



De igual modo, encontram-se com investimento em Angola mais de 200 empresas de capital português, sendo que um grande número dessas firmas é propriedade de portugueses residentes naquele país. Em 2006, o IDPE (Investimento directo português no estrangeiro) em Angola foi de 186 milhões USD (APME, 2000?).

Por sua vez, os investimentos empresariais angolanos em Portugal começaram após o ano 2000, invertendo a tendência unilateral até então dominante, nas relações entre os dois Estados, embora o Presidente angolano os tenha considerado ainda “tímidos”. O exemplo mais mediático é o da Sonangol, que tem investimentos nos sectores da energia e da banca portuguesa. A empresa detém presentemente, em associação com o Grupo Amorim, 33,34% da Galp e, por outro lado, é proprietária de 10% das acções do Banco Millennium-bcp. Além da Sonangol, outra empresa de capitais angolanos, a Santoro Financial Holding, uma instituição financeira de propriedade de Isabel dos Santos¹⁸, com investimentos no sector bancário português. Recentemente, adquiriu 9,6 % do BPI. Dois bancos privados angolanos, o BAI e o BIC, ligados à Sonangol e a Isabel dos Santos, estão igualmente instalados em Portugal (Sampaio, 2009).

Portugal continua a ser a maior fonte das importações e um importante destino para as exportações: entre Junho de 2006 e Junho de 2007 as importações aumentaram 44% e as exportações 28% (AfDB, 2008 p. 108).

Outra área de suma importância é a da cooperação técnico-militar, na qual Portugal tem projectos em diferentes patamares (assessoria e formação), sendo reconhecido pelas autoridades angolanas como essenciais e estruturantes. Neste contexto, o Ministro da Defesa português, anunciou o alargamento desta cooperação às áreas ligadas à indústria de defesa, na perspectiva de criar capacidades conjuntas nestas áreas (AngoNoticias, 2000?a)).

(4) Espanha

A Espanha tem desenvolvido um grande esforço de penetração nos países africanos de expressão portuguesa, muito em especial na área atlântica, o que poderá indiciar uma tentativa de se tornar um interlocutor privilegiado no diálogo Norte-Sul.

Não se limitando à cooperação e investimento económico, é conhecido o seu apoio à formação, estruturação e equipamento da polícia urbana angolana, famosa pelo nome de “Ninjas”. Espanha possui igualmente interesses no sector das pescas, turismo e exerce igualmente actividades de cooperação na área da educação.

Finibanco com 67, 5%, Banco Internacional de Crédito com 65% e Banco Privado do Atlântico com 10%.

¹⁸ Filha primogénita de José Eduardo dos Santos.



Nos finais de 2007, o Governo angolano conseguiu um acordo com o Clube de Paris sobre as condições de pagamento de 1,8 mil milhões USD de juros acumulados de pagamentos em atraso. A Espanha foi o primeiro país a concluir um novo acordo através da abertura de uma linha de crédito no valor de 600 milhões USD (AfDB, 2008 p. 109).

A confirmar a vitalidade bilateral está o Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos (APPRI)¹⁹ e o Programa de Cooperação Financeira, assinado em Luanda em 2007. O volume do comércio bilateral ascendeu em 2006 a 571,8 milhões de euros, e nos oito primeiros meses de 2007 teve um aumento de 61%, devido sobretudo ao aumento das exportações angolanas para Espanha (MF, 2006?).

Através do seu Ministro do Comércio, Espanha admitiu querer ultrapassar a China no volume de investimentos em Angola (BP, 2000?c)).

As relações estratégicas do Governo apresentam-se em vários domínios, com incidência para os sectores do turismo, educação e construção civil (CN, 2000?).

(5) França

Desde 1970, aquando da criação da Comunidade Francófona (Francophonie, 2000-2009), que a França vem mantendo a sua presença em África, implementando um círculo de influências política e económica, mas também cultural, traduzida na sua apetência em estender a sua influência linguística, ameaçando de algum modo a lusofonia (Domingues, 2000?).

Em 1993 e 1994, o caso “*Angolagate*”²⁰ veio trazer muita instabilidade às interacções entre França e Angola (Cardoso, 2008).

A visita de Nicolas Sarkozy realizada a Angola em 2008, foi manifestamente o sinal da vontade do Estado francês em encontrar o caminho do diálogo e da cooperação. Esta visita foi a primeira dos últimos oito anos, marcados por um “distanciamento” e “tensão” entre os dois países desde que, em 2000, a justiça francesa avançou com o processo da venda de armas a Luanda, o “*Angolagate*”, que começou por envolver personalidades dos dois países e os principais intermediários dos negócios de armamento. As pressões do governo angolano exercidas sobre a França foram notórias, não havendo nenhum angolano entre os 42 acusados a julgamento no caso “*AngolaGate*” (Cordeiro,

¹⁹ O APPRI tem como objectivo garantir uma protecção, no plano de directo internacional, aos investimentos realizados pelos investidores de cada País no território do outro.

²⁰ Escândalo de tráfico de armas na década de 90, onde se suspeita o envolvimento de personalidades francesas (Jean-Christophe Mitterrand, Charles Pasqua, antigo Ministro do Interior, Jean-Bernard Curial à época responsável do Partido Socialista francês para a África Austral, Pierre Falcone (franco-brasileiro-angolano) que já ocupou o cargo de embaixador angolano na UNESCO, de entre outras entidades da cena internacional (Almeida, 2009).



2009).

Alguns dos interesses partilhados entre França e Angola, vão desde a importância de estabilizar a região dos Grandes Lagos à garantia da segurança no golfo da Guiné, rico em petróleo. Para Angola, também não serão insignificantes os ganhos da amizade com um país membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, além da proximidade que já tem com outros membros permanentes (Cordeiro, 2009).

A França é o quinto maior investidor em Angola, com cerca de 8% do mercado, tendo disponibilizado em 2008 uma linha de crédito de 300 milhões USD para financiar o comércio entre ambos, acordo firmado durante a visita oficial a Luanda do presidente francês (BP, 2000?b)). Os investidores concentram-se no domínio da indústria petrolífera, onde atingiram pelo menos 10 mil milhões USD. Contudo, os investimentos franceses também se dirigem para outros sectores, como a indústria agro-alimentar e bens de consumo (AfricaToday, 2000?)²¹.

(6) Rússia

Como consequência do conflito interno que opôs o MPLA à UNITA e o forte apoio militar e económico do bloco socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as relações político-diplomáticas entre os dois países passaram a privilegiar e ampliar a cooperação económica, técnico-científica e cultural (EmbassyRA, 2003-2008).

A diplomacia energética e a cooperação bilateral, tem sido continuamente reforçada com Acordos e Protocolos nos campos da geologia e minas, do petróleo e gás e dos recursos hídricos (EmbassyRA, 2003-2008). A título de exemplo, o Grupo AIRosa, o mais importante grupo russo do sector diamantífero, construiu uma central hidroeléctrica para assegurar as suas actividades mineiras, mas garantindo o fornecimento às populações circundantes. No sector petrolífero e do gás, a cooperação tem sido profícua, tendo sido efectuadas várias propostas sobre as condições e oportunidades de investimentos em Angola, em análise pelos russos. O apoio tecnológico no campo da localização de águas doces subterrâneas é outra das áreas abrangidas, que visa sobretudo a protecção recíproca de investimentos e a concessão de maiores e melhores garantias mútuas (EmbassyRA, 2003-2008).

Outra importante área, de impacto significativo, a cooperação técnico-militar, na qual a Rússia desenvolve relações ao mais alto nível, quer no apoio às autoridades

²¹ Citando Francis Blondet, embaixador francês em Angola.



angolanas, quer na formação de quadros e altos quadros militares em número significativo.

Em 2005, Angola pagou a sua dívida para com a Rússia, calculada em cinco mil milhões USD (Panapress, 2000?).

Em 2007, abriu um banco de direito angolano, a UBT-África (66% do capital russo e 34% angolano), pertença do segundo maior banco russo (Ferreira, 2000?).

(7) China

O envolvimento chinês em Angola remonta aos primeiros anos da luta pela independência, através do seu apoio aos três principais movimentos de libertação do país. No início dos anos 1970, a República Popular da China (RPC) formou comandantes e guerrilheiros do MPLA. Lutas internas no seio do MPLA, mas também o desejo da China em equilibrar o forte apoio da URSS ao MPLA, tornaram este auxílio fugaz. Deste modo, o apoio da China foi reorientado para os dois principais movimentos de libertação, particularmente para a FNLA. A política externa da RPC na ajuda aos três movimentos rivais acabou por se manifestar um grande fracasso, quando, em 1975, o movimento do MPLA, apoiado pelo bloco soviético, chegou ao poder. Inicialmente, os chineses não reconheceram a independência de Angola, tendo-o feito formalmente em 1983, reatando-se assim as relações diplomáticas entre Pequim e Luanda (CSIS, 2008 p. 3).

O primeiro acordo comercial foi assinado em 1984, e criada uma Comissão Mista Económica e Comercial em 1988. Contudo, a primeira reunião bilateral foi realizada apenas em 1999, e uma segunda reunião em 2001. Em 1997, o vice-ministro da economia, comércio e cooperação chinesa, anunciou que o comércio entre os dois países tinha vindo a aumentar significativamente. Por sua vez, em 1998, o Presidente José Eduardo dos Santos, encetou uma visita à China, visando "desenvolver relações bilaterais" (CSIS, 2008 p. 3).

Após o conflito angolano, em 2002, o relacionamento da China com Angola reorientou-se rapidamente da forma de defesa e segurança para uma base económica comum. Estas relações atingiram um nível ainda mais significativo, em 2004, quando o *Export-Import Bank of China* (EximBank) garantiu os primeiros dois mil milhões USD de empréstimo a Angola, para financiar a reconstrução das infra-estruturas no país (CSIS, 2008 p. 3).

Desde 2006 que a China se tornou o destino mais importante das exportações angolanas de petróleo²². Por outro lado, as importações da China aumentaram 138% de 2005 para 2006, fazendo deste país o segundo maior fornecedor de Angola depois de

²² Ultrapassando os EUA.



Portugal (AfDB, 2008 p. 108).

A confirmar o forte posicionamento da China nas relações bilaterais com Angola estão as linhas de crédito chinesas, que em 2008, já ascendem a mais de sete mil milhões USD (AfDB, 2008 p. 108).

Com centenas de técnicos e milhares de operários em Angola, as empresas chinesas são responsáveis pelo financiamento e construção de várias obras públicas como o novo aeroporto internacional de Luanda e a reconstrução de algumas das principais vias rodoviárias e ferroviárias do país (JA, 2002b)).

A RPC apresenta-se como um parceiro indispensável para o desenvolvimento de Angola e um alívio para os Estados Ocidentais cujas economias têm conhecido uma recessão sem precedentes, talvez reflexo do stress energético que vive actualmente, afigurando-se como “predador” de recursos estratégicos que sustentem o seu crescimento económico (Van-Dúnem, 2009b)).

c. Multilaterais

(1) União Europeia

A cooperação União Europeia (UE) – Angola conta já com mais de duas décadas, tendo-se iniciado mesmo antes de Angola ter formalmente aderido à então III Convenção de Lomé, em 1986. Esta cooperação é elaborada com base num Programa Indicativo Nacional que estabelece as premissas fundamentais e as linhas de actuação no domínio da cooperação entre as duas partes. O objectivo primordial desse programa é o de ajudar o Governo a desencadear acções que promovam um desenvolvimento económico e social. No caso de Angola e mercê da situação que assolou o país durante varias décadas, as operações de ajuda humanitária assumiram um carácter preponderante (EC, 1995-2003).

Desde então a UE tem vindo a apoiar o povo angolano, nomeadamente através dos seus dispositivos mais vocacionados para a ajuda de emergência: o Gabinete de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia a *European Community Humanitarian Office* (ECHO) e o Núcleo Europeu de Segurança Alimentar (NESSA). Este apoio também é feito indirectamente, através de outros programas, em grande medida financiados pela Comissão Europeia (CE) e pelos Estados-Membros (EM), de que o mais conhecido será o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM). Neste contexto, um terço das actividades do PAM em Angola, são financiadas pela UE. Desde 1993, a ECHO contribuiu com mais de 143 milhões de euros em ajuda humanitária para acções em Angola. Em 2002, a CE aprovou um novo plano global de ajuda humanitária de oito milhões de euros para



projectos relacionados com a saúde, nutrição, água e saneamento, ajuda de emergência, protecção civil e transporte aéreo. O financiamento é canalizado por intermédio de diversas Organizações Internacionais (OI) e Organizações Não Governamentais (ONG) que são parceiros da ECHO no país. Em 2003, a UE voltou a aprovar um novo envelope financeiro de apoio às populações vulneráveis. Assim, estão a ser canalizados oito milhões de euros pela ECHO, e pela primeira vez, em cada um dos projectos financiados, existe uma componente financeira destinada à luta contra o HIV/SIDA (EC, 1995-2003).

Mas a acção da UE em Angola não se esgota na ajuda humanitária e de emergência, estando em curso ou em preparação todo um conjunto de acções de reabilitação ou de apoio ao desenvolvimento, passando por projectos de desenvolvimento institucional/recursos humanos, desenvolvimento e saneamento urbanos, transportes/ infra-estruturas sociais e produtivas, saúde ou desenvolvimento rural integrado acções de desminagem humanitária. Em 2002, foi assinado um acordo de cooperação no domínio das pescas, que vigorou até 2004. No quadro geral das sucessivas convenções de Yaoundé e Lomé, e presentemente Cotonou, a ajuda da UE tem-se traduzido em financiamentos, sob a forma de subvenção, concedidos no âmbito dos Programas Indicativos Nacionais, com fundos do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), constituído por um conjunto de contribuições dos EM e de fundos próprios (Linhas Orçamentais (LO)). A ajuda, desde a adesão angolana ao acordo ACP²³, totalizou mais de 800 milhões de euros, sendo cerca de 40% do FED e os restantes 60% provenientes de LO (EC, 1995-2003).

O chefe da delegação da UE em Luanda, referiu que a UE prevê disponibilizar uma verba de 200 milhões de euros para o próximo programa de cooperação, que vigorará de 2008 a 2013. Desde 2002, outros 58,3 milhões de euros saíram directamente do orçamento da UE para financiar trabalhos de ONG e OI em Angola, projectos de desenvolvimento rural, acções de defesa dos direitos humanos, actividades de esclarecimento e prevenção do HIV/SIDA, cursos de fomento da cooperação descentralizada e programas de desminagem. Nos últimos 20 anos, a UE canalizou para Angola, em matéria de cooperação bilateral, 480 milhões de euros, de realçar 82 milhões de euros para projectos na área da saúde, 78,5 milhões na área do desenvolvimento rural e segurança alimentar, 40 milhões para projectos de água e saneamento e 29 milhões na educação (NL, 2002a)).

Contudo, fonte do Ministério das Finanças angolano admitiu que o maior interesse angolano privilegia os acordos bilaterais com os países europeus, em detrimento dos acordos comerciais multilaterais no âmbito da EU (BP, 2000?a)).

²³ África, Caraíbas e Pacífico, em 1985 (eurocid, 2007).



(2) ONU

Angola fez-se membro da ONU em Dezembro de 1976 (ONUAngola, 2005).

Contudo, apenas no final da década de 1980, num contexto de declínio das rivalidades da Guerra Fria, é que se verifica o estabelecimento de tentativas de negociação e resolução internacionais do conflito angolano. É precisamente neste cenário que ONU inicia sua intervenção em Angola, em 1988, através da monitorização e do incentivo às negociações de paz (Maia, 2006: 84).

A actuação da ONU em Angola (compreendida entre os anos de 1988 e 1999) consistiu em uma tentativa de contribuir para o processo de pacificação deste país. Esta intervenção foi composta por quatro missões consecutivas das Nações Unidas, sendo três Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (*United Nations Angola Verification Mission* – UNAVEM I, II e III) e uma Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), a última etapa deste processo (Maia, 2006: 84 e 171).

Encontram-se actualmente em Angola, entre outras, as agências da FAO²⁴, OMS²⁵, PNUD²⁶, FNUAP²⁷, UNICEF²⁸, ACNUR²⁹ e PAM³⁰, como membros permanentes, e UNESCO³¹ e IFAD³², como membros não permanentes (ONUAngola, 2005).

²⁴ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) - Auxílio aos países em desenvolvimento e em transição a modernizar e melhorar as práticas da agricultura, da silvicultura e das pescas e a assegurar uma boa nutrição humana. (ONUAngola, 2005h)).

²⁵ A Organização Mundial de Saúde (OMS). Garantir assistência técnica para melhorar a situação de saúde no país. (ONUAngola, 2005g)).

²⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Colabora na promoção do desenvolvimento centrado nas pessoas e na construção de parcerias para combater a pobreza através das cinco áreas de operação do PNUD: Governação Democrática; Redução da Pobreza; Prevenção de Crises e Recuperação; Energia e Ambiente e VIH/SIDA. (ONUAngola, 2005f)).

²⁷ Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). Apoia serviços de saúde reprodutiva, o desenvolvimento de políticas nacionais de população como parte integrante das estratégias de desenvolvimento sustentável e a promoção e defesa dos direitos dos cidadãos. (ONUAngola, 2005e)).

²⁸ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os objectivos para Angola são: Reduzir a mortalidade infantil, promover a educação para todos e implantar na agenda política as prioridades para as crianças e os seus direitos; criar condições apropriadas para o *reassentamento* dos 3 milhões de angolanos que regressaram; restaurar os sistemas básicos de saúde e educação no país; encorajar o governo a usar os seus recursos e construir parcerias com todos os níveis da sociedade para promover o desenvolvimento em Angola; ajudar a restabelecer os sistemas sociais e aplicar os recursos do governo na reconstrução da infraestrutura básica do país. (ONUAngola, 2005d)).

²⁹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em 2004, o Governo de Angola, com o apoio do ACNUR, lançou a Iniciativa de Reintegração Sustentável (SRI), no quadro do seu Plano Nacional de Desenvolvimento. (ONUAngola, 2005c)).

³⁰ Programa Alimentar Mundial (PAM). O PAM tem actualmente três projectos activos: a distribuição alimentar principal e duas Operações Especiais para apoiar os esforços da comunidade humanitária através de transporte e apoio logístico. (ONUAngola, 2005b)).

³¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A educação é uma das prioridades de topo na cooperação com o governo (UNESCO, 1995-2009).

³² Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD). Os objectivos em Angola passam por garantir a segurança alimentar e contribuir para o aumento dos rendimentos (IFAD, 1995-2009).



A nível regional, Angola, viu eleito o Director Geral da OMS para África³³, assumindo um importante papel regional e no continente (WHO, 2009).

(3) SADC

A SADC cobre o continente africano a Sul do equador, e constitui-se um bloco regional da União Africana (UA) (SARDC, 2000?). Foi instituída em 1992, quando 12 países da África Austral, reunidos em Windhoek (Namíbia), assinaram a criação da Comunidade. Na verdade, a SADC significa o coroamento de uma iniciativa anterior: a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que compreendia nove³⁴ países da região. A iniciativa da formação de um bloco regional na região da África Austral esteve intimamente relacionada com factores específicos, vinculados à questão da RAS e ao *apartheid*, o que significava uma ameaça real aos Estados africanos geograficamente mais próximos. Uma das medidas tomadas pelos países da África Austral para fazer frente às incursões cada vez mais frequentes da “estratégia total”³⁵ sul-africana, foi a criação da SADCC (AfricaAmerica, 2000?).

O Protocolo sobre Cooperação em Políticas, Defesa e Segurança, assinado 2001, mas a vigorar desde 2004, garante um quadro legal ao Órgão, cujo objectivo é de promover a paz e segurança na região. Dentro deste quadro legal, foi criada em 2007, a Brigada em Estado de Alerta³⁶, para cumprir missões de observação e controlo, apoio à pacificação, intervenção num Estado membro, de modo a restaurar a paz e a segurança, prevenção contra eventuais conflitos, impedindo que se agrave para áreas ou estados vizinhos, prestação de assistência humanitária, desarmamento e desmobilização pós-conflito (SARDC, 2000?).

Neste contexto, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon manifestou satisfação pelo desempenho de Angola durante a presidência do Órgão de Coordenação Política de Defesa e Segurança da SADC, exprimindo o desejo de que Angola participe em operações de manutenção de paz (RV, 1999-2009).

Não obstante o referido anteriormente, a verdade é que Angola é a segunda

³³ Dr. Luís Gomes Sambo.

³⁴ Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

³⁵ A “estratégia total” adoptada pela África do Sul consistia numa série de actividades destinadas a minar a posição dos governos e dos movimentos internos considerados hostis por Pretória. Dentre as actividades que se destinavam a desestabilizar os países da região, podemos citar: a) intervenções militares directas, b) assistência financeira e fornecimento de material bélico a grupos oposicionistas, c) pressão económica contra os países vizinhos, que viviam num esquema de grande dependência com relação à forte economia sul-africana.

³⁶ Participam na Brigada: Angola, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Lesotho, Malawi, Moçambique, Madagáscar, Namíbia, RDC, Congo, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.



potência da SADC na liderança da região austral de África, avaliando o potencial (Van-Dúnem, 2009). Para além da SADC, Angola encontra-se também envolvida na África Central, através da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). A CEEAC integra Estados estratégicos para Angola, sobretudo do ponto de vista da segurança e das potencialidades que o mercado daquela região oferece, com especial destaque para RDC (Van-Dúnem, 2009b)).

(4) CPLP

O primeiro passo no processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa³⁷, no Brasil. Finalmente, em 1996 é criada a CPLP. Em 2002, Timor Leste torna-se o mais novo membro desta comunidade. São Observadores Associados a República da Guiné- Equatorial, República da Ilha Maurícia e Senegal, constituindo-se como Observadores Consultivos várias entidades da sociedade civil, consubstanciadas num total de 49 organizações. Prevê-se que este número venha a aumentar progressivamente visto a aceitação da CPLP ser cada vez maior e a sua projecção na sociedade cada vez mais visível (CPLP, 2008).

A CPLP abriga uma população superior a 230 milhões de habitantes, e tem uma área total de 10.742.000 Km². Aspectos como a geografia, economia, cultura, políticas e estratégias, determinam de forma indiscutível, a influência e importância da comunidade e, por conseguinte, o seu real valor, no quadro internacional (Pereira, 2004: 212).

A CPLP pode constituir-se como elo de ligação atlântico, nas relações Sul-Sul e nas relações Norte-Sul, rumo a um reencontro de realidades e uma afirmação colectiva, na interacção de objectivos comuns entre os seus Estados membros.

A comunidade pode constituir-se o elo privilegiado de Angola para o espaço europeu, através de Portugal, para o espaço da América do Sul, por meio do Brasil, para o espaço da *Commonwealth* por meio de Moçambique, para o espaço da CEDEAO, por meio deste último e Guiné-Bissau, na Comunidade Francófona neste último e de São Tomé e Príncipe, e por último, com Timor Leste, charneira entre o Oceano Índico e o Pacífico (Pereira, 2004: 227).

A CPLP tem quatro grandes capacidades de afirmação. Unifica a maior potência da América do Sul e potência emergente, o Brasil, a uma das maiores potências de África, Angola, ligando-as a um pólo privilegiado na Europa, Portugal. Segundo, embora se

³⁷ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.



encontre centrada no Atlântico Sul, a amplitude geográfica da comunidade estende-se à escala planetária, ligando o Atlântico ao Índico e Pacífico. Terceiro, poder traduzir um elo de convergência de interesses entre várias comunidades das quais os seus membros fazem parte. Por último, poder ser igualmente um elo de ligação entre interesses que se jogam em várias comunidades culturais existentes na sua área de influência já que os seus membros estão presentes na União Europeia, Commonwealth, Comunidade Francófona e Comunidade Ibero-Americana, reforçando a tese de, “*vista por alguns como alavanca para parcerias estratégicas, culturais e económicas, a CPLP pode vir a ser uma segunda edição de abertura dos portos a nações amigas*” (Castro, 1999: 19).

Contudo, numa análise profunda, são mais as relações inerciais entre os diferentes Estados, do que as verdadeiramente profícuas. Talvez pelo simples facto de cada Estado ter realidades distintas, não se definindo as necessidades comuns, formulando elos no reforço de objectivos também comuns.

(5) FMI & BM

As relações formais de Angola com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) datam de 1989, altura em que Angola foi admitida como país membro, depois de ter sido recusada essa pretensão em 1987 e 1988, o que nos poderá levar a concluir que este foi um fracasso da política externa angolana e talvez uma prova de que os recursos naturais e os interesses das empresas norte-americanas e francesas não foram suficientes para permitir a entrada de Angola naquelas instituições. Formalmente terá sido um fracasso, mas se enquadrarmos isso na época, a questão política, mais do que a económica, desempenhava então um papel primordial. Daí a oposição à sua adesão liderada pelos EUA (IMF, 2001 p. 966) (Ferreira, 2005: 83).

A história das relações entre Angola e o FMI têm sido, desde então, marcadas de acusações e contra-acusações sem quaisquer resultados práticos em termos da assinatura de um programa de estabilização e ajustamento. E o impasse tem os recursos naturais como elemento central da discórdia, nomeadamente o petróleo e a falta de transparência na gestão das receitas petrolíferas, desvio de receitas provenientes da sua exportação associam-se a outros de má governação, corrupção, falta de transparência nas contas públicas, ou ainda contracção de empréstimos contra a garantia de petróleo (Ferreira, 2005: 83) (SADC, 2005 p. 9).

Em resposta, o Presidente José Eduardo dos Santos descreveu as políticas do FMI como inapropriadas para Angola, e declarou a sua intenção de pôr termo às reformas



económicas no interesse da “soberania” do país (SADC, 2005 p. 9).

Uma vez mais os recursos naturais de que Angola dispõe têm-lhe permitido escapar à pressão do FMI. Os elevados recursos financeiros derivados da exploração petrolífera e dos diamantes asseguram-lhe uma elevada margem de manobra (Ferreira, 2005: 83 e 85).

Em 2005, o Ministro das Finanças angolano afirmou, *“eventualmente se forem necessários recursos do FMI, já não serão da magnitude que se estava a pensar, pois uma parte do diferencial de financiamento para reconstruir o país já está a ser conseguido”* e embora as relações com o FMI tenham melhorado, o Governo angolano decidiu, em Fevereiro 2007, não continuar as negociações no âmbito do acordo proposto pelo Fundo (AfDB, 2008 p. 109) (NL, 2002b)).

d. Síntese conclusiva

Em 1975, a República (popular) de Angola renascia, cercada de inimigos internos e externos e com tropas estrangeiras no seu território.

Hoje, Luanda é a placa giratória onde se cruzam os principais actores (leia-se potências) da cena internacional e regional. Palco onde se medem forças e disputam influências, procurando através de acordos bilaterais e avultadas linhas de crédito, assumir o papel de “aliado estratégico”, de um país tão necessitado de reconstrução mas, potencialmente, um dos mais ricos de África, definido tantas vezes como “a jóia de África”.

Angola é hoje um dos mercados mais apetecíveis em todo o mundo, o que lhe permite definir com pragmatismo a sua política externa. Os antigos aliados assim se mantêm, surgindo outros, que procuram reforçar e alicerçar os seus interesses.

Em paz com os seus vizinhos, Angola vem assumindo um papel crescente na regulação dos conflitos armados regionais. Visitas de Chefes de Estado e governantes sucedem-se, inegavelmente em busca de novas oportunidades de cooperação.

Todos estes sinais são o resultado do pragmatismo da sua política externa, com as principais potências, americanas, asiática e europeias, em busca de um lugar de destaque, que catapulte Angola para um lugar proeminente, na liderança regional, e com um peso significativo a nível internacional.



“Este belíssimo país (...) ainda pobre mas que pode alimentar ambições de potência regional.”

(Barreau, 2008 : 267)

5. Conclusões

Angola, herdeira de um passado colonial, surge, passados mais de trinta anos após a sua independência, com uma esperança de afirmação vincada. Envolvida em 13 anos de luta pela independência, aos quais se seguiram quase três décadas de guerra civil, com a luta pelo poder no cerne da questão. O passado já não serve de pretexto, nem poderá fundamentar acusações, as quais relegam para segundo plano as verdadeiras causas da degradante situação social em que o país se encontra.

Localizada no “cone austral”, charneira entre os dois mais significativos blocos regionais, pertencendo tanto ao *Heartland*, como ao *Rimland*, na região do Cone Austral.

A sua posição geográfica na Atlântico Sul, com um valor geoestratégico fundamental, permite-lhe ter um papel preponderante no controlo das rotas do Sul do Cabo da Boa Esperança, alicerçado pela valorosa e extensa costa que lhe está associada.

Detentora do quinto³⁸ mais extenso território Subsariano, alberga um número escasso de população, o que lhe permite desenvolver os seus recursos humanos sem tensões de espaço, não se constituindo no entanto, esta população como factor de poder.

Esse território tão escasso em população é, tão-somente, um dos mais ricos territórios do continente africano, não só pelos recursos estratégicos, cobiçados pelos maiores actores da cena internacional, sufocados no seu crescimento pelo stress energético, que esgrimem todo o seu furor político-diplomático e económico, na procura de um alinhamento vantajoso e privilegiado. É neste palco de interesses, gizado a petróleo, diamantes e muitos outros, onde os velhos inimigos de outrora já não o são, e onde Angola, com o pragmatismo dos seus recursos, joga momentos decisivos.

Se conjugadas correctamente, teorias políticas e estratégicas, com as capacidades existentes e suprimidas as vulnerabilidades, significativas, por certo, e estruturantes, Angola tem capacidade de se afirmar no plano regional e constituir-se um actor a ser considerado, a nível global.

Assim, de acordo com Ratzel, “*espaço é poder*”, e consolidadas que estão as potencialidades quanto à sua localização, potenciadas pela abundância dos seus recursos, consideramos validada a hipótese 1.

Os atributos geoestratégicos, definidos anteriormente, permitem a Angola

³⁸ Quarto, se considerarmos a divisão de Políbio Valente (Almeida, 1994: 135).



desenvolver linhas estratégicas consolidadas no seu crescimento económico.

Tomando como pressuposto que ultrapassará as fraquezas, reabilitando, modernizando e criando novas infra-estruturas, aplicando políticas sociais que lhe permitam reduzir as tensões existentes, nomeadamente o fosso entre ricos e pobres, apostando na formação e no conhecimento, em qualidade e quantidade, e estabelecendo relações bilaterais sólidas com a sua grande concorrente, a RAS, então estará em condições de alterar a ordem vigente a seu favor, afirmando-se, quiçá, como “a” potência da África Subsariana.

O caminho a percorrer é longo, as dificuldades imensas, mas paulatinamente, tem vindo a minimizar as vulnerabilidades referidas, apostando decisivamente na estabilidade e desenvolvimento social, não se ficando pelas intenções. Partindo do pressuposto acima definido, então consideramos validada a hipótese 2.

A nível regional, Angola encontra-se inserida num quadro de conflitualidade. Conflitualidade interna em alguns dos seus vizinhos, o que gera grande instabilidade na região, mas também conflitualidade política e económica, particularmente com África do Sul, a qual, por motivos vários, tem vindo a perder pouco a pouco o protagonismo regional.

A crescente estabilidade económica, estabilidade política e a implementação de políticas de desenvolvimento, reflectem-se nos seus parceiros regionais, reconhecendo-a e tendo-a como uma referência.

As intervenções militares além fronteiras, não são propriamente uma novidade para Angola, que alicerçadas com o reconhecido valor das suas Forças Armadas, permitem-lhe ter um elemento de coacção de assinalável valor. A sua projecção para palcos onde os dividendos políticos são significativos, ou seja, a sua participação e intenção de engrossar as suas capacidades em Operações de Apoio à Paz, só vem reforçar o seu valor e dividendos políticos de suma importância.

A Estabilidade política permite a Angola participar actualmente nos mais diferenciados *fora* regionais, com afincada credibilidade e persuasão, o que vem alicerçar a tríade economia (estável e em crescente), diplomacia (crescente e influente) e militar (reconhecida e em crescente) se poderão então tornar como instrumentos de coacção regional. Consideramos assim validada a hipótese 3.

Angola é um país que, pelas suas potencialidades geoestratégicas, tudo tem, mas por outro lado, como resultado de mais de três décadas de conflito armado interno, tudo precisa. Os seus recursos naturais estratégicos (petróleo e gás), mas não só, são a fonte



motivadora do investimento externo das grandes potências, as quais pretendem manter o seu nível de desenvolvimento, ou mesmo aumentá-lo.

De igual modo, as potências emergentes, no seu processo de ascensão, necessitam de avultadas quantidades destes tão preciosos e disputados recursos.

As parcerias bilaterais angolanas poderão ser definidas pela política pragmática dos hidrocarbonetos (e dos demais recursos), ficando sempre a última palavra para a “jóia de África”, tirando partido de quem estiver disposto a pagar mais, o que não está ao nível de qualquer actor da cena internacional.

Consideramos assim, validada a hipótese 4.

Neste contexto, pensamos que os dois principais factores que podem contribuir para o risco de afirmação residem, por um lado na sua dependência económica do recurso petrolífero e a fraca diversificação da economia, por outro e mais gravoso, a profunda crise social e as feridas abertas deixadas por quase três décadas de conflito, onde a corrupção se encontra presente no dia-a-dia corroendo as estruturas basilares do Estado.

Retratada que está a análise, é-nos possível responder à questão de partida “*Em que medida os atributos geopolíticos e geoestratégicos de Angola se traduzem como uma fonte de poder objectivo.*”, o que nos conduz a um cenário, assente mais nas relações de cooperação (bilaterais e multilaterais) e superação das fragilidades socioeconómicas internas, do que nas relações de competição, ainda que estas estejam presentes.

Angola encontra-se no epicentro da rivalidade regional, materializada essencialmente pela África do Sul, onde as relações de competição, agora de maior cariz económico, são de maior vulto do que as de cooperação. Ainda neste quadro regional, a conflitualidade interna de países vizinhos, como é o caso da RDC, ou de países geobloqueados³⁹, conduzem a factores de instabilidade, que Angola tem de ponderar no processo da sua afirmação regional.

As suas relações bilaterais externas ao contexto africano, fundamentadas pelo pragmatismo político-diplomático do petróleo, arrastam consigo potências, onde se realça a China, EUA, Rússia e Brasil de entre outros. Mas o esgrimir de vontades é afincado por um sem número de actores, no intento de parcerias económicas com Angola.

Ao nível multilateral regional, a sua mais significativa relação é, talvez, com a SADC. Ainda que as realidades dos países que a constituem sejam muito distintas, Angola tem vindo a alicerçar a sua influência económica, as suas potencialidades político-diplomáticas e também as militares, aliás, reconhecidas no próprio seio da UA.

³⁹ Também denominados por “encravados” se relacionado com “África Encravada” (ALMEIDA, 1994: 139).



Como vector de entrada para um dos maiores mercados económicos mundiais, as suas relações com a UE vão no sentido da cooperação, procurando acima de tudo as mais valias que as relações bilaterais com os seus EM lhe possam trazer. Neste campo, Portugal é um actor preponderante, reconhecido a nível europeu e angolano.

Nesta dinâmica, ainda que relegada para segundo plano, não poderíamos esquecer a CPLP, ainda que albergando no seu seio países com realidades e agendas muito diferentes, as afinidades comuns, linguísticas e culturais que se entendem pelos quatro cantos do globo, se congregadas e impulsionadas, seguramente serão um motor dinamizador de valências sem igual. Do nosso ponto de vista, o excesso de diálogo político deve materializar-se em algo mais, sendo as potencialidades neste campo inúmeras.

Neste sentido, a influência angolana à escala regional tornar-se-á paulatinamente maior, fruto da integração da sua economia na economia regional e mundial e desta forma a sua influência irradiará com naturalidade em todas as direcções do seu espaço regional. A zona de segurança angolana tenderá, também, a alargar-se em todas as direcções, nomeadamente para o espaço estratégico da África Central, com particular ênfase para os Estados potenciadores de instabilidade regional sendo, por ventura, uma das zonas de segurança angolanas mais reservadas, um “direito”, que outros actores regionais reconhecerão mais ou menos tacitamente, num cenário de cooperação pacífica da ascensão angolana, afirmando-se como principal estabilizador regional.

“Na evolução da situação na África Austral, vão ser determinantes os factores sócio-económicos e as medidas com vista a atenuar a grande disparidade existente” (CAE, 2009), e Angola não foge à regra, pelo que, “Só podemos ser optimistas sobre o presente, não sobre o futuro...Podemos fazer alguma coisa para influenciar o futuro. Mas o futuro nunca será seguro. Nem certo” (OAAng, 2007)⁴⁰.

⁴⁰ Citando Karl Popper.



BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ABRANTES, José Mena, et al. (2005). **Angola em Paz, Novos Desafios**. Luanda : Edições Maianga, 2005.
- AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (2000). **Guerra Colonial**. Lisboa : notícias editorial, 2000. ISBN: 972-46-1192-2.
- AICEP, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (2008). **Market Watch-Angola: Outubro 2008**. Luanda : AICEP, 2008.
- ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de (1990). **Do Poder do Pequeno Estado**. Lisboa : IRI&ISCSP, 1990. ISBN: 972-9229-13-9.
- ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de (1994). **Ensaio de Geopolítica**. Lisboa : ISCSP, IICT, 1994.
- ALVES, Ana Cristina, PEREIRA, Ana Isabel, FERREIRA, Catarina, et al (1998). **Guia do Mundo**. Lisboa : Trinova, 1998. ISBN: 927-9338-16-7.
- BARATA, Manuel Freire Thelmudo et al (1997). **Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74)**. Lisboa : Estado-Maior do Exército, 1997.
- BARREAU, Jean-Claude, BIGOT, Guillaume (2008). **Toda a Geografia do Mundo**. Lisboa : teorema, 2008. ISBN: 978-972-695-768-3.
- BONIFÁCIO, Pascal (1996). **Dicionário das Relações Internacionais**. Lisboa : Plátano Edições Técnicas, 1996.
- CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães (2005). **A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional**. Lisboa : Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005. ISBN: 972-8109-34-2.
- CARDOSO, Pedro (2004). **Atlas da Lusofonia: Angola**. Lisboa : PREFÁCIO, 2004. ISBN: 972-8816-15-4.
- CASTRO, Teresinha (1999). **Comunidade lusófona**. Rio de Janeiro : ESG, 1999.
- CHALIAND, Gérard (1994). **The art of War in World History**. London : University of California Press, Ltd, 1994.
- COMERFORD, Michael G. (2005). **O Rosto Pacífico de Angola**. Namíbia: Windhoek, 2005. ISBN: 99916-68-26-8.
- CORREIA, Armando José Dias (2008). **Os Novos Desafios do Atlântico Sul: Breve Análise Geopolítica e Estratégica**. Lisboa : ISCSP, 2008.
- COUTO, Coronel de Artilharia Abel Cabral (1989). **Elementos de Estratégia: Vol I - Apontamentos para um Curso**. Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1989.



- CSIS, Center for Strategis Studies & International Studies (2008). **Angola and china: A Pragmatic Partnership**. Lndon : CSIS, 2008.
- EDITORA, PORTO (2008). **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto : Porto Editora, 2008.
- IEEI, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (2006). **Diplomacia Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique**. Lisboa : IEEI, 2006.
- JAMES, W. Martin (2004). **Historical Dictionary of Angola**. London : The Scarecrow press, 2004.
- PEREIRA, Paulo Emanuel Maia (2004). **Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma Realidade Geopolítica**. Lisboa : ISCSP, 2004.
- PNUD (2007). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Coimbra : Edições Almedina, SA, 2007. ISBN: 978-972-40-3313-6.
- RELA, José Manuel Zenha (2005). **Angola - O Futuro já Começou**. Luanda : Editorial Nzila, 2005. IBSN: 972-8950-34-9.
- REBELO, Tiago (2006). **O Tempo dos Amores Perfeitos**. Lisboa : Editorial Presença, 2006. DLegal: 267895/07.
- SANTOS, Loureiro (2004). **Convulsões: Ano III da "Guerra" ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV**. Mem-Martins : Publicações Europa América, 2004.
- SARAIVA, José hermano (2003). **História Concisa de Portugal**. Mem Martins : Publicações Europa-América, 2003.
- SELVAGEM, Carlos (2006). **Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal**. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. ISBN: 972-27-0442-7.
- SOUSA, Fernando Alberto (2005). **Dicionário de Relações Internacionais**. Lisboa : Edições afrontamento, 2005.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, et al. (2004). **Nova História Militar de Portugal**, Volume 4. Rio de Mouro : Círculo de Leitores, 2004. ISBN: 972-42-3071-6.
- VILAR, António & Associados (2009). **Guia de Negócios em Angola**. Lisboa : Vidaeconómica, 2009. ISBN - 978-972-788-291-5.

MANUAIS ESCOLARES E OUTROS DOCUMENTOS

- AfDB, African Development Bank (2008). **African Economic Outlook 2008** [em linha]. [Referência de 16 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/doc/Eng/docs/PT/ANGOLA_PORT_08.pdf>.



- BPI, Banco Português de Investimento (2008). **Estudos Económicos e Financeiros. Angola-Dezembro 2008** [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.bfa.ao/Uploads/Angola_Dez08.pdf>.
- BPI, Banco Português de Investimento (2009). **Estudos Económicos e Financeiros: Angola-Março 2009** [em linha]. [Referência de 20 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.bci.co.mz/BPI%20Relatorio%20s%20Angola%20marco%202009.pdf>>.
- CEBRI, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2002). **Angola: Oportunidade Histórica para a Conciliação** [em linha]. [Rio de Janeiro]. [Referência de 10 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.cebri.org.br/pdf/73_PDF.pdf>.
- CFR, Council on Foreign Relations (2007). **Rumo a uma estratégia para Angola: Prioridade para as relações entre Angola e os Estados Unidos da América** [em linha]. [New York]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.cfr.org/content/publications/attachments/AngolaCommissionPortuguese.pdf>>.
- IESM (2007). **ME 71-00-08, Elementos de Análise geopolítica e geoestratégica**. Lisboa : IESM, 2007.
- FAO (2003). **FAO's Information System on Water and Agriculture** [em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008.]. Disponível na Internet em: <<ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>>.
- IMF, International Monetary Found (2001). **History: Toward Universal Membership** [em linha]. [Referência de 2 de Janeiro de 2009.]. Disponível na Internet em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch19.pdf>>.
- IMF, International Monetary Fund (2007). **Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa** [em linha]. [Washington, D.C.]. [Referência de 10 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2007/AFR/ENG/sreo0407.pdf>>. ISBN: 978-1-58906-639-7.
- INIDE, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (2003). **Comparação entre o Sistema de Educação em Vigor e o Sistema de Educação a Implementar** [em linha]. [Luanda]: 13 de Outubro de 2003 [Referência de 17 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.inide.angoladigital.net/pdf/ComparacaoB.pdf>>.



- LIMA, Claudia (2004). **A Globalização e os Países do Actual Continente Africano** [em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.claudialima.com.br/pdf/A_GLOBALIZACAO_E_OS_PAISES_DO_ATUAL_CONTINENTE_AFRICANO.pdf>.
- MAIA, Tatiana Vargas (2006). **A Interpretação da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. Porto Alegre : IFCH, 2006. Disponível na Internet em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6986/000538139.pdf?sequence=1>>.
- MF, Ministério das Finanças da República de Angola (2006?). **Ministro Espanhol: Comunicado de Prensa** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/Ministro_Espanhol_COMUNICADO_DE_PRENSA.pdf>
- MOREIRA, Lauro (2006). **A Política Externa e de Cooperação Brasileira para África** [em linha]. [Lisboa]. [Referência de 5 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.ieei.pt/files/PAPERLauro_MoreiraFINAL.pdf>.
- MP, Ministério do Planeamento (2005). **Estratégia de Combate à Pobreza** [em linha]. [Luanda]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/ECP-Angola2005.pdf>>.
- ONU (2005). **Angola: Revisão de médio termo do Programa de Acção de Bruxelas - Países menos Avançados** [em linha]. [Referência de 5 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/special-rep/ohrlls/ldc/MTR/Angola-Portuguese.pdf>>.
- SADC, South African Development Community (2005). **Concretização das Metas de Convergência Macroeconómica da SADC na República de Angola** [em linha]. [Referência de 10 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.sadc.int/tifi/macroeconomic_policies_convergence/Angola%20Portuguese.pt.pdf>.
- SANTOS, Rafael dos (2005) - **África do Sul e África Austral: Relações regionais, descolonização e Guerra Fria (1960-1989)** [em linha]. Porto Alegre: [s.i.], 2005. Disponível na Internet em: <<http://www4.fapa.com.br/monographia/artigos/1edicao/artigo2.pdf>>.
- SILVA, Armindo Mário Gomes da (2007). **Potencial Hídrico em Angola** [em linha]. [Luanda] : [Referência de 29 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.aprh.pt/8silusba/pdf/11h00%20Gomes%20Silva%20Minas%20Gerais%2027-11.pdf>>.



SOGGE, David (2006) - **Angola: e onde está a "boa governação" do mundo?**. Madrid : FRIDE, 2006. Disponível na Internet em: <http://www.sarpn.org.za/documents/d0002950/Angola_governance_FRIDE_Jun2006_Portuguese.pdf>.

UNDP, United Nations Development Program (2006). **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio** [em linha]. [Luanda]. [Referência de 12 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/Angola_MDG_Prog_Report_2005.pdf>.

UNDP, United Nations Development Program (2008). **Relatório de Desenvolvimento Humano(2007-2008)** [em linha]. [New York]. [Referência de 15 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_complete.pdf>.

UNGASS, United Nations Special Session on HIV/AIDS (2006). **Relatório de UNGASS 2006-Angola** [em linha]. [Luanda]. [Referência de 17 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://data.unaids.org/pub/Report/2006/2006_country_progress_report_angola_pt.pdf>.

USAID, United States Agency for International Development (2005). **Angola Health System Assessment** [em linha]. [Maryland] : [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.usaid.gov/ao/health_system_assessment.pdf>.

SÍTIOS DA INTERNET

AA, All Africa (2009). **Angola: Number of General Hospitals Rise** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://allafrica.com/stories/200809080012.html>>.

ADPA (2000?). **Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes** [em linha]. [Referência de 30 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.adpa-diaf.org/Pt/default.html>>.

ALNG, Angola Gás Natural Liquefeito (2005-2007). **O Projecto Angola LNG** [em linha]. [Referência de 19 de Fevereiro de 2009] <<http://www.angolalng.com/projecto/potential.htm>>.

AM, Área Militar (2004-2008). **Forças armadas de Angola** [em linha]. [Referência de 1 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.areamilitar.net/FA_CPLP.aspx?NP=1>.

APME, Associação de pequenas e Médias Empresas (2000?). **Angola – Um mercado de oportunidades** [em linha] 2000? [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em:



- <<http://www.pmeportugal.com.pt/Geral/Tem%C3%A1ticas/Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o.aspx>>.
- AT (2004?). **Angola Telecom** [em linha]. [Referência de 28 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.angolatelecom.com/AngolaTelecom/PT/>>.
- BARROS, Sebastião (2002). **O setor de petróleo e gás em alguns países africanos. perspectivas de cooperação com o Brasil** [em linha]. [Referência de 29 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://209.85.129.132/search?q=cache:OtuumD7_p14J:www2.mre.gov.br/projfb/docs/anais/apresentacao_g1m1_Sebastiao%2520Barros_o%2520petroleo%2520africano%2520na%2520agenda%2520internacional.PPS+32+e+39,5%C2%B0+API+,+com+0,12+a+0,14%25+de+enx>.
- Biodisel (2000?). **Angola produzirá biocombustíveis** [em linha]. [Referência de 27 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.biodisol.com/biocombustibles/angola-angola-producira-biocombustibles/>>.
- CAAEI (2004?). **Centro Angolano de Altos Estudos Internacionais** [em linha] [Referência de 22 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.caei.org/cangola.html>>.
- CAE, Centro de Análise Estratégica (2009). **caecplp** [em linha]. [Referência de 5 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.caecplp.org/biblioteca/>.
- CARDOSO, Pedro (2008). **Pierre Falcone e o Angolagate** [em linha] 2008. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://jpn.icicom.up.pt/2004/05/03/pierre_falcone_e_o_angolagate.html>.
- CGRA (2005?). **Consulado Geral da República de Angola – Brasil** [em linha] [Referência de 3 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=40>.
- CIA (2009). **The World Factbook** [em linha]. [Referência de 5 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/print/ao.html>>.
- COLLELO, Thomas (1991). **ANGOLA: Country Studies. Federal Research Division - Library of Congress** [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/aotoc.html>>.
- CONFAGRI (2002). **Petróleo: Angola reduz produção em 244 mil barris por dia** [em linha]. [Referência de 6 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.confagri.pt/NR/exeres/59D4A101-6C05-42B2-B672-B6DDF3288FF6.htm>>.
- CPLP (2008). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.cplp.org/Página_Inicial.aspx?ID=115>.
- CR, Conciliation Resources (2000?). **Textos de base e acordos** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/textos.php>.



- EC, European Communities (1995-2003). **A Cooperação entre a União Europeia e a República de Angola** [em linha]. [Referência de 10 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: http://www.delago.ec.europa.eu/ao/ue_e_angola/relacoes_bilaterais.htm#.
- ECA (2008). **City Mayors Statistics** [em linha]. [Referência de 23 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.citymayors.com/statistics/expensive-cities-world.html>.
- Eltangola (2005). **Guia turístico Oficial de Angola** [em linha]. [Referência de 26 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.eltangola.com/turismo/index.aspx?menuid=9&lang=P>.
- EmbassyRA (2004-2006a)). **Embaixada da República de Angola em Portugal** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.embaxadadeangola.org/relacoes.htm>.
- EmbassyRA (2008). **Embaixada de República de Angola na Rússia** [em linha]. [Referência de 20 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://angolarussia.ru/info_a.htm.
- EmbassyRA (2004-2006b)). **Embaixada da República de Angola em Itália** [em linha]. [Referência de 6 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.ambasciatangolana.com/pt/news.php?id_art=144.
- EmbassyRA (2006). **Embaixada da República de Angola em Washington DC** [em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.angola.org/economy.html>.
- EmbassyRA (2003-2008). **Embaixada da República de Angola na Rússia** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://angolarussia.ru/press_a.htm.
- EmbassyRA (2009). **Embaixada da República de Angola no Reino Unido** [em linha]. [Referência de 15 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.angola.org.uk/Default.aspx?IDM=23&IDLang=1>.
- ENE (2004?a)). **Empresa Nacional de Energia** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://www.ene.co.ao/indicadores_gestao.html.
- ENE (2004?b)). **Empresa Nacional de Energia** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008.] Disponível na Internet em: http://ene.leadership-bt.com/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=93.
- Eurocid (2007). **Centro de Informação Europeia** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4723&p_est_id=10438.
- Francophonie (2000-2009). **francophonie** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.francophonie.org/oif/historique.cfm>.
- HRW, Human Right Watch (2008). **Continuação do Conflito Armado e Intimidação em Cabinda** [em linha]. [Citação: 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.hrw.org/en/node/80929/section/10>.



- IA, Info Angola (2008a)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 27 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=940&Itemid=856>.
- IA, Info Angola (2008b)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 30 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=933&Itemid=833&limit=1&limitstart=2>.
- IA, Info Angola (2008c)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=926&Itemid=6>.
- IA, Info Angola (2008d)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=926&Itemid=61>.
- IA, Info Angola (2008e)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 15 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=935&Itemid=61>.
- IA, Info Angola (2008f)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 5 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/index.php?option=com_content&task=view&id=128&Itemid=840>.
- IA, Info Angola (2008g)). **Informações sobre Angola** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.info-angola.com/governo/images/documentos/mapas/relevo_geomorfologia.jpg>.
- IFAD (1995-2009). **IFAD in Angola** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://operations.ifad.org/web/ifad/operations/country/home/tags/angola>>.
- IM (2008). **IndexMundi** [em linha]. [Referência de 22 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.indexmundi.com/pt/angola/economia_perfil.html>.
- INACOM (2005?). **Instituto Angolano das Comunicações** [em linha]. [Referência de 17 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.inacom.og.ao/Inacom_home_page.htm>.
- INEA (2007). **Instituto de Estradas de Angola** [em linha]. [Referência de 27 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.inea.gv.ao/default.php>>.
- INH, Instituto Nacional de Habitação (2007?). **Habitação em angola e o seu Fomento** [em linha]. [Referência de 5 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.slideshare.net/minopaworkshop/habitao-em-angola-fomento-e-tipologia-correcta-e-uso-dos-mat-de-construo-iiippt>>.
- IWS (2001-2009). **Internet World Stats** [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.internetworldstats.com/af/ao.htm>>.
- MINEA (2009). **Ministério da Energia e Águas da República de Angola**. [em linha]. [Referência de 6 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.minea.gv.ao/artigo.aspx?sid=1bece390-3379-430c-840d-292465a429ae&cntx=4phkxafNVwV5XHX2fofbYtjMNByRP6%2BNKSpensQ%2Bdk>>.



FYAft9yJEKcv0ALXkAUk%2FPROG32YjvLiO91HG%2FTrZFSKbB6athfPkDixUuX
Yn4PLY%3D>.

MJ, Ministério da Justiça (2006?). **Portal da Justiça - Angola**. [em linha]. [Referência de 21 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.minjus-ao.com/MinistériodaJustiça/JustiçaTribunais/OrganizaçãodosTribunais/tabid/157/Default.aspx>>.

NM (2008). **Nation Master** [em linha]. Disponível na Internet em: <<http://www.nationmaster.com/index.php>>.

OAAng, Ordem dos Advogados de Angola (2007). **Estado Democrático de Direito em Angola: Os Desafios de um Percorso** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.oaang.org/edd.htm>>.

ONIP (2000?). **Organização Nacional da Indústria do Petróleo** [em linha]. [Referência de 30 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.onip.org.br/main.php?idmain=informacoes&mainpage=mini_glossario.htm>.

ONUAngola (2005). **PaísesMembros** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/paisesmembros.asp>>.

ONUAngola (2005a)). **UNICEF** [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/unicef.asp>>.

ONUAngola (2005b)). **PAM** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/pam.asp>>.

ONUAngola (2005c)). **ACNUR** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/acnur.asp>>.

ONUAngola (2005d)). **UNICEF** [Online]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.unangola.org/unicef.asp>.

ONUAngola (2005e)). **FNUAP** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/fnuap.asp>>.

ONUAngola (2005f)). **PNUD** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/pnud.asp>>.

ONUAngola (2005g)). **OMS** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/oms.asp>>.

ONUAngola (2005h)). **FAO** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.unangola.org/fao.asp>>.

Parlamento (2008a)). **Assembleia Nacional - História** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.parlamento.ao/historia.htm>>.

Parlamento (2008b)). **Assembleia Nacional – Nova Constituição** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.parlamento.ao/noticia.php?ID=260>>.

Parlamento (2008c)). **Assembleia Nacional – Deputados**[em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.parlamento.ao/deputados.htm>>.



- Parlamento (2008d)). **Assembleia Nacional – Legislação** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.parlamento.ao/legislacao.htm>>.
- PGRA, Portal do Governo da República de Angola (2006a)). **Ministério da Assistência e Reinserção Social** [em linha]. [Referência de 17 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.angola-portal.ao/minars/Institucional/>>.
- PGRA, Portal do Governo da República de Angola (2006b)). **Portal do Cidadão** [em linha]. [Referência de 22 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.angola-portal.ao/PortalDoCidadao/SobreAngola.aspx>>.
- PGRA, Portal do Governo da República de Angola (2006c)). **Portal do Cidadão** [em linha]. [Referência de 22 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.angola-portal.ao/PortalDoCidadao/SobreAngola.aspx>>.
- PGRA, Portal do Governo da República de Angola (2006d)). **Portal do Governo** [em linha]. [Referência de 5 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.angola-portal.ao/PortaldoGoverno/OrgaoSoberania.aspx>.
- Revcom, Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação (2007). **A Comunicação Angolana** [em linha]. [Referência de 2 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/viewFile/1180/973>>.
- SAHNI, Varun (2007). **A Índia emergente: rejeitar a região, alcançar o Mundo?** 2007, Vol. 15, Relações Internacionais.
- SARDC, Southern African Research and Documentation Centre (2000?). **SADC Today** [em linha]. [Referência de 25 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portsubs.asp?pubno=v8n1&page=ESTRUTURAS>>.
- SCG, Search for Common Ground (2005). **Search for Common Ground em Angola**. Luanda : SCG, 2005.
- SOGEOGRAFIA (2007-2009). **Só Geografia** [em linha]. [Referência de 6 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.sogeoografia.com.br/Conteudos/Continentes/Africa/?pg=5>>.
- UBC, University British Columbia (2008). **Countrie's EEZ - Sea Around Us**. [em linha]. [Referência de 10 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.seaaroundus.org/eez/eez.aspx>>.
- UNESCO (1995-2009). **Activities by Country: Angola**[em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1306&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>.
- UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime (2005). **Crime and Development in Africa**. New York: ONU, 2005.
- USAID, Unitet States Agency for International Development (2005). **Iniciativa de Malária do President Bush**. Luanda : USAID, 2005.
- USDS, United States Department of State (2009). **Diplomacy in Action. Background Note: Angola** [em linha]. [Referência de 6 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6619.htm>>.



- USEmbassy, Luanda-Angola (2008). **Relatório dos EUA sobre Liberdade Religiosa em Angola** [em linha]. [Referência de 5 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://portuguese.angola.usembassy.gov/relatrio_dos_eua_sobre_liberdade_religiosa_e_m_angola_-_2009.html.
- USEmbassy, Luanda-Angola (2006). **Medical Information** [em linha]. [Referência de 16 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: http://angola.usembassy.gov/medical_information.html.
- WHO (2009). **World Health Organization** [em linha]. [Referência de 8 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.who.int/dg/en/index.html>.
- WS, WorldStrategy (2008). **Armed forces of the world database** [em linha]. [Referência de 9 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.strategypage.com/default.asp>.

ARTIGOS

- Angop (1997-2008a)). **Banca e sector petrolífero destacam-se na cooperação entre Angola e Portugal** [em linha]. 9 de Março de 2009. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/Banca-sector-petrolifero-destacam-cooperacao-entre-Angola-Portugal,3bb7f04e-23d9-4a79-a254-66c28006f179.html.
- Angop (1997-2008b)). **As abordagens políticas na história da cooperação entre Angola e Portugal** [em linha]. 10 de Março de 2009. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/abordagens-politicas-historia-cooperacao-entre-Angola-Portugal,bd4f2e8c-2751-47d1-8313-bfc296c6b146.html.
- AngoNoticias (2000?a)). **Portugal e angola vão ampliar cooperação técnico-militar** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=23373.
- AngoNoticias (2000?b)). **Angola e Zâmbia fortalecem relações** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=22488.
- AfricaAmerica (2000?). **ECOWAS E SADC - África Ocidental e Austral: Integração Económica Regional e Instabilidade Política** [em linha]. 31 de Março de 2008. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://www.africamerica.net/index.php?option=com_content&view=article&id=61:ecowas-sadc&catid=39:artigos-academicos&Itemid=54.
- AfricaToday (2000?). **«Angola é o mestre de obra da sua própria reconstrução»** [em linha]. [Luanda] 26 de Maio de 2008. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/1919/angola-e-o-mestre-de-obra-da-sua-propria-reconstrucao/>.



- ALMEIDA, Eugénio Costa (2009). **Angolagate, ainda se lembram do que é?** [em linha]. 6 de Outubro de 2008. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.elcalmeida.net/content/view/474/46/>>.
- BP, Brasil Portugal (2000?a)). **Angola espera que Europa equilibre investimento estrangeiro** [em linha]. 11 de Dezembro de 2008. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.brasilportugal.org.br/ce/content.php?sec=1336&ctg=noticias>>.
- BP, Brasil Portugal (2000?b)). **Novas linhas de crédito para comércio com Angola superam 2.000 milhões de euros** [em linha] 29 de Maio de 2008. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.brasilportugal.org.br/pa/content.php?sec=265&ctg=noticias>>.
- BP, Brasil Portugal. (2000?c)). **Angola, investimento estrangeiro** [em linha]. 12 de Dezembro de 2008. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.brasilportugal.org.br/ce/content.php?sec=1336&ctg=noticias>>.
- BBC, BBC para África (2000?). **Barragem africana será a maior do mundo** [em linha] 21 de Abril de 2008. [Referência de 29 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/04/080421_congopowersm.shtml>.
- CORDEIRO, Ana Dias (2009). **Sarkozy em Angola para pôr fim a década de relações tensas**[em linha]. [Lisboa] 23 de Maio de 2008. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1329720&idCanal=11>>.
- CORREIA, Armando J. Dias (2008). **África, numa perspectiva estratégica**. [ed.] Publicação Oficial da MARINHA. *Revista da Armada*. Nº 423 - Ano XXXIV, 2008, Disponível na Internet em: <http://www.marinha.pt/revista/index.asp?revista=ra_set_out2008/default.html>.
- CN, CaribbeanNews (2000?). **Espanha quer cooperar com Angola** [em linha]. 2 de Fevereiro de 2009. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.caribbeannewsdigital.com/pt/noticias/3402/espanha_quer_cooperar_com_angola>.
- DE (2003?). **Diário Económico** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/empresas/pt/desarrollo/1158688.html>.
- DOMINGUES, João (2000?). **Lusofonia, anglofonia, francofonia** [em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_1998_3_2_a.html>.
- FpD, Frente para a Democracia (2006?). **Linha férrea transfronteiriça orçada em USD 4 biliões** [em linha]. [Referência de 12 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.fpd-angola.com/Olho-vivo-economico/Linha-ferrea-transfronteirica-orcada-em-USD-4-biloes.html>>.
- FA, Folha de Angola (2007a)). **Apenas cinco das 18 províncias têm advogados suficientes** [em linha] . [Luanda] 12 de Fevereiro de 2008. [Referência de 10 de



- Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/noticia.php?id=457>>.
- FA, Folha de Angola (2007b)). **Folha de Angola- História**[em linha]. [Referência de 20 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/historia.php>>.
- FA, Folha de Angola (2007c)). **Folha de Angola-Dados geográficos**[em linha]. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.folhadeangola.com/dados_geograficos.php>.
- FA, Folha de Angola (2007d)). **Folha de Angola-Ecônomia**[em linha]. [Referência de 18 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/economia.php>>.
- FA, Folha de Angola (2007e)). **Folha de Angola -Ecônomia**[em linha]. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/economia.php>>.
- FA, Folha de Angola (2007f)). **Folha de Angola -Turismo**[em linha]. [Referência de 20 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/turismo.php>>.
- FA, Folha de Angola (2007g)). **Folha de Angola-Notícias**[em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.folhadeangola.com/noticia.php?id=967>>.
- FERREIRA, Manuel Ennes. 2000?. **A Rússia em África** [em linha]. [Lisboa] 19 de Janeiro de 2008. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=218>.
- FERREIRA, Manuel Ennes (2005). **Realeconomie e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola**. IPRI, Instituto Português de Relações Internacionais. nº 6, 2005<. Disponível na Internet em: <http://www.adelinotorres.com/africa/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>>.
- JA, Jornal de Angola (2002c)). **Indústria vai proporcionar 146 mil postos de trabalho** [em linha]. [Referência de 21 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=65664&Seccao=economia>>.
- JA, Jornal de Angola (2002a)). **Congolese querem assistência para formação do exército único** [em linha]. [Referência de 22 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=73737>>.
- JA, Jornal de Angola (2002b)). **Espanha é incapaz de ultrapassar China em Angola, diz economista** [em linha]. [Referência de 22 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=72829&Seccao=economia>>.
- MacauHub, Economic Information Service (2005). **Angola: Governo tenta interessar investidores na exploração de minério de ferro** [em linha]. [Macau] 6 de Fevereiro de 2008. [Referência de 27 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.macauhub.com.mo/pt/news.php?ID=4822>>.



- Maior, Luiz A. P. Souto (2009). **Desafios de uma política externa assertiva** [em linha]. Abril 2003. [Referência de 10 de Abril de 2009.] Disponível na Internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100002&script=sci_arttext.
- Mourão, Fernando Augusto de Albuquerque (2000?). **A política externa brasileira e sul-africana para a África austral** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: http://www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id=banco_de_textos&sub=01&id_texto=179.
- MGA, Marinha de Guerra de Angola (2006). **Angola aposta no reforço do poder naval** [em linha]. [Luanda] Setembro de 2007. [Referência de 25 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/edicao11/reflexao.htm>.
- MACHADO, Fábio Braz (2001). **Museu "HEINZ EBERT"** [em linha]. [Referência de 7 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://ns.rc.unesp.br/museudpm/banco/fosfatos/fosfatos.html>.
- NL, Notícias Lusofonas (2002a)). **UE vai disponibilizar 200 milhões de euros para cooperação até 2013** [em linha]. [Referência de 22 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=17514&category=CPLP>.
- NL, Notícias Lusofonas (2002b)). **Ministro das Finanças desvaloriza importância de acordo com o FMI** [em linha]. [Referência de 21 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=9790&category=Brasil>.
- Pham, J. Peter, World Defense Review (2008). **Angola: A Potential Powerhouse Inches Forward** [em linha]. 9 de Setembro de 2008. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://worlddefensereview.com/pham090908.shtml>.
- PONTE, Helder (2006). **Introdução ao Estudo da História de Angola** [em linha]. 28 de Maio de 2006. [Referência de 03 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://introestudohistangola.blogspot.com/>.
- Panapress (2000?). **Angola amortiza totalidade da dívida à Rússia** [em linha]. [Moscovo] 31 de Outubro de 2006. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por002587&dte=31/10/2006>.
- RV, Rádio Vaticano (1999-2009). **Secretário-Geral da ONU deseja tropas angolanas entre capacetes azuis em missões de paz** [em linha]. 25 de Setembro de 2008. [Referência de 15 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.radiovaticana.org/por/Articolo.asp?c=233423>.
- Sampaio, Alberto (2009). **Angolanos investem em Portugal** [em linha]. 3 de Abril de 2009. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.africanidade.com/articles/2312/1/Angolanos-investem-em-Portugal/Paacutegina1.html>.



- SAM, Serviço de Administração Militar (1989). **A África de Expressão Portuguesa: Significado Geoplítico e Geoestratégico - Angola**. *Revista do Serviço de Administração Militar*. 1989, Vol. nº 399.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2007). **Europa, África e os Desafios à Segurança Internacional** [em linha]. [Luanda] 16 de Outubro de 2007. [Referência de 10 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: <http://www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/A07170AC-0759-4C31-B032-11769D28440D/0/Angola_Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>.
- TPA (1999-2009). **Eduardo dos Santos e Kabila abordam situação da RDC** [em linha]. [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.tpa.ao/artigo.aspx?sid=c522a876-1a8f-403d-a5af-4c467bc34cf8&cntx=T%2BFSeidegco9T7xJnN87Bx5eMyIAIA1lpOFkQ1z3Ss0M3CFdrU0Vt8V02mhZr%2B9W>>.
- VAN-DÚNEM, Belarmino (2009a)). **Angola vs África do Sul na Liderança da Região Austral de África** [em linha]. [Luanda] 17 de Março de 2009. [Referência de 11 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://berlarminovandunem.blogspot.com/2009/03/angola-vs-africa-do-sul-na-lideranca-da.html>>.
- VAN-DÚNEM, Belarmino (2009b)). **Desafios para Política Externa de Angola em 2009** [em linha]. [luanda] 30 de Março de 2009. [Referência de 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://berlarminovandunem.blogspot.com/search?updated-min=2009-03-01T00%3A00%3A00%2B02%3A00&updated-max=2009-04-01T00%3A00%3A00%2B02%3A00&max-results=10>>.
- VAN-DÚNEM, José Octávio Serra (2008). **Angola Pós-Guerra: novos e velhos desafios** [em linha] 29 de Maio de 2008. [Referência de 4 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/102_artigos_2008-05-29%20VanDunem%20-%20Angola%20revisitada.pdf>.
- VOA, Voice of America (2000?). **Angola: GURN Extinto** [em linha]. [Luanda] [Referência de 3 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.voanews.com/portuguese/archive/2008-10/2008-10-17-voa7.cfm?moddate=2008-10-17>>.



Apêndices



Apêndice 1 - Corpo de Conceitos

A definição de **Poder** adoptada neste trabalho é “a capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade” (Bonifácio, 1996: 276).

Procurou-se encontrar objectivamente o significado de **Instrumentos de coacção**. Para isso, consultou-se o livro de Cabral Couto, *Elementos de Estratégia*, Vol. I (COUTO, 1989: 86 e 87) conjugado com o Dicionário da Língua Portuguesa (EDITORIA, 2008: 956). Assim, como conceito adaptado considera-se que, **Instrumentos de coacção** são os meios⁴¹ utilizados por um Estado (recursos e capacidades) para exercer a coacção.

Potência: “São os Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional” (Bonifácio, 1996: 276).

Potência emergente: “É uma potência média em ascensão, tratando-se de um Estado que tem a capacidade e a intenção de manobrar em direcção ao estatuto de grande potência” e **Média potência:** “É o Estado sem capacidade de moldar o sistema, mas cujo tamanho, recursos e papel os inclui em qualquer cálculo de poder global ou regional” (Sahni, 2007: 33).

Procurou-se encontrar o seu significado de **Actor preponderante**. Para isso, mais uma vez, consultou-se o Dicionário da Língua Portuguesa (EDITORIA, 2008: 956), conjugado com o Dicionário de Relações Internacionais (Sousa, 2005: 5). Assim, como conceito adaptado considera-se que, **Actor preponderante** é todo o agente que tem mais peso, possui a capacidade para intervir e decidir nas relações que se estabelecem no SPI, usufruindo de uma certa autonomia e a sua influência ultrapassa a escala regional.

Pela conjugação das diferentes definições, deduzimos como **Potência Regional** um país com *poder e influência que lhe permita um determinado controlo estratégico sobre sua região geográfica*.

⁴¹ Militar, Económico e o Diplomático.



Apêndice 2 – Factor Físico

A RA situa-se na costa ocidental da África Austral, limitada a Norte pela RC (201 Km), a Oriente pela RDC (2.511 Km) e pela Zâmbia (1.110 Km), a Sul pela Namíbia (1.376 Km) e a Ocidente pelo Oceano Atlântico (1.650 Km). O Enclave de Cabinda, a Norte, é parte integrante do território angolano, encontrando-se separada por uma faixa de território da RDC, com cerca de 60 Km de largura e pelo rio Zaire. Enquadrada a Sul do equador e a Norte do Trópico de Capricórnio, entre os 4° 22' e 18° 02' de latitude Sul e 11° 41' e 24° 05' de longitude Leste, a sua periferia estende-se por cerca de 6.848 Km e abrange cerca de 1.246.700 Km², incluindo Cabinda⁴², constituindo aproximadamente 4% da superfície do continente africano, com uma área praticamente 14 vezes superior a Portugal. Constitui-se como o 22º maior país do mundo, o sétimo de África e o quinto⁴³ da África Sub-sahariana (CIA, 2009) (Cardoso, 2004: 8) (Barata, 1997: 17).

Angola é um país de posição simultaneamente continental e marítima, assumindo uma posição mista, dado o amplo acesso ao mar, conjugado com a profundidade do seu território e a extensa fronteira terrestre de 5.198 Km. O comprimento máximo no sentido Norte-Sul é de 1.277 Km e a largura máxima, no sentido Este-Oeste, é de 1.236 Km, dando ao país uma configuração geométrica equivalente a um quadrado (CIA, 2009) (Barreau, 2008: 267) (Cardoso, 2004: 8).

As fronteiras com os países vizinhos são definidas por troços de alguns rios⁴⁵, completados por linhas convencionais, por vezes bastante extensas, geralmente rectilíneas e segundo meridianos e paralelos (Barata, 1997: 17).

Devido à sua extensão e localização e à influência dos rios que o atravessam, Angola apresenta uma geomorfologia variada: **faixa litoral**, caracterizada por planícies e terraços baixos; **zona de transição**, caracterizada por degraus em patamares de crescente altitude para o interior; **cordão das montanhas** ao longo da costa que ganham altitude à medida que se caminha para Sul; extenso **planalto antigo do interior**, que constitui a grande massa do território angolano; **deserto do Namibe**, constituindo-se como uma sub-região de características muito distintas, onde encontramos dunas móveis e maciços rochosos juncados de rocha devido à desagregação provocada pelas grandes amplitudes térmicas (IA, 2008g)).

As particularidades do relevo angolano condicionam as características hidrográficas, criando quatro vertentes de escoamento. A **vertente atlântica ou ocidental**, engloba os rios que desaguam no oceano Atlântico; a **vertente do Congo ou bacia do Zaire**, na qual se incluem a maioria dos rios do Norte de Angola; a **vertente do Zambeze ou bacia do Zambeze**, que é constituída pelo conjunto dos rios do Leste de Angola; a **vertente do Kalahari ou deserto do Kalahari**, onde é frequente encontrar rios de carácter intermitente (Cardoso, 2004: 8) (Barata, 1997: 18).

Na primeira vertente, os rios mais importantes são o Kuanza e o Cunene, que têm origem no planalto do Bié. O Kuanza, navegável em cerca de 200 Km. No seu curso médio, encontra-se a barragem de Cambambe e Capanda⁴⁶. O mais conhecido dos seus afluentes é o Lucala⁴⁷. O Cunene, navegável em 190 Km, de regime mais irregular. Existem ainda nesta vertente outros rios passíveis de ser navegáveis, como o Dande (60 Km), onde se encontra a barragem das Mabubas (Barata, 1997: 19).

Na vertente do Congo, o rio Zaire (ou Congo), sendo 155 Km navegáveis e nele se

⁴² Área de Cabinda - 7.200Km².

⁴³ Quarto, se considerarmos a divisão de Políbio Valente (Almeida, 1994: 135).

⁴⁴ Sudão (2.505.813 Km²), RDC (2.344.858 Km²), Chade (1.284.000 Km²) e Nigéria (1.267.000 Km²).

⁴⁵ A Norte o Rio Zaire e o Cuando, a Este o Cassai e o Cuando, e a Sul o Cunene e o Cubango.

⁴⁶ A Empresa Nacional de Energia (ENE) prevê a construção de mais três barragens no seu curso médio.

⁴⁷ Devido às quedas de Calandula (Duque de Bragança).



localizam os portos de Nóqui e do Soyo. Dos seus afluentes adquirem especial importância os rios Cassai e Cuango (Barata, 1997: 19).

Na vertente do Zambeze, o rio Zambeze, que nasce na Zâmbia e atravessa Angola, a leste, inflectindo posteriormente para oriente indo desaguar em Moçambique (Barata, 1997: 19).

O principal rio de Cabinda é o Chiloango, navegável em cerca de 160 Km (praticamente toda a sua extensão em território cabindense) (Barata, 1997: 19).

O solo angolano é predominantemente ferralítico e paraferalítico. Há no entanto extensas regiões hidromórficas (Moxico), cromopsâmicas (Cunene e Cuando-Cubango), arídicas tropicais (litoral Sul e Cunene) e solos lavados (Luanda Sul e Cuando-Cubango) (Alves, 1998: 20), permitindo, em termos agrícolas, ser um dos países mais ricos da África subsariana. Do seu solo cultivável algumas terras podem suportar até duas colheitas por ano. No entanto, apenas 0,23% está ocupado com cultivo permanente, dos estimados 2,65% (3 milhões de hectares de terra arável)⁴⁸ (NM, 2008) (FAO, 2003).

A extensão do território, a variedade de climas e de tipos de solo, determina a existência de diversas formações vegetais: **densa e húmida**, tipo equatorial; **floresta cerrada**, menos densa; mosaico **floresta savana**, com algumas matas de árvores de grande porte e florestas abertas; **prados** (*chanas e anharas*); **savanas** com ou sem árvores e arbustos; **estepes**, onde se encontra a célebre *Welwitschia Mirabilis* (Alves, 1998: 20).

A localização geográfica, a extensa orla marítima e a sua elevada altitude média (1.000/1.500 m), determina a existência de duas regiões climáticas distintas. O litoral, de clima tropical seco (a Norte) e desértico tropical (a Sul, devido à corrente fria de Benguela e deserto do Kalahári), é caracterizado por temperaturas médias superiores a 23°C, por humidade relativa superior a 30% e de grande pluviosidade, que vai diminuindo de Norte para Sul (800 mm em Cabinda e 50 mm no Namibe); o interior, que por sua vez apresenta três zonas de características diferenciadas: a do Norte e nordeste, com clima tropical húmido e temperatura e pluviosidade elevadas; a dos planaltos, de clima tropical, modificado pela altitude, temperatura média anual inferior a 19°C, sendo baixa na estação seca, com amplitudes térmicas apreciáveis no sudeste; a zona sudoeste, semi-árida, com pluviosidade anual variável entre os 500 mm e 800 mm e acentuadas temperaturas mínimas na estação seca (SAM, 1989: 409).

A RA situa-se no Atlântico Sul, sendo a sua Zona Económica Exclusiva⁴⁹ (ZEE) a quinta⁵⁰ maior da África Subsariana. O petróleo transformou o Atlântico Sul numa região geoestratégica e geoeconómica importante. Angola reivindicou em órgão competente das Nações Unidas⁵¹ o alargamento da sua ZEE. Trata-se de demonstrar que há continuidade da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas e que se pode estender até às 350 milhas náuticas. O transporte marítimo constitui o principal meio de comércio externo, com mais de 95% das importações (MGA, 2006). O país está dotado de três grandes portos comerciais (Luanda, Lobito e Namibe) e muitos outros de pequena dimensão vocacionado fundamentalmente para a pesca e petróleo (Ambriz, Cabinda, Namibe, Porto Amboim e Soyo de entre muitos outros) (UBC, 2008) (Correia, 2008).

O transporte aéreo está direccionado principalmente para o transporte de passageiros. Uma rede de 18 aeroportos e 12 aeródromos, asfaltados e com pistas de terra, permite o acesso a todo território e ao exterior, através do aeroporto internacional de Luanda (Vilar, 2009: 59 a 62).

⁴⁸ Os dados são divergentes nas duas fontes consultadas, nomeadamente 3 milhões e 8 milhões.

⁴⁹ As ZEE sendo consideradas entidades políticas, jurídicas e administrativas individualizadas, estão disseminadas por todo o globo e têm extensões, configurações e morfologias distintas.

⁵⁰ Quarta, se considerarmos a divisão de Políbio Valente (Almeida, 1994: 135).

⁵¹ Commission on the Limits of the Continental Shelf.



Apêndice 3 – Factor Humano

Angola é o sétimo^{52,53} país mais povoado da África Subsaariana, com uma população estimada entre os 12.500.000 e os 17.000.000 de habitantes⁵⁴. Apresenta um crescimento anual de 2,8%⁵⁵, podendo atingir os 21.000.000 de habitantes em 2015. Em género, a população encontra-se dividida de forma homogénea, sendo 49,3% masculina e 50,7% feminina. A densidade populacional é de nove a 11 habitantes por Km², ocupando o 48º lugar no ranking de menor densidade populacional em África (Collelo, 1991) (FA, 2007c)) (NM, 2008) (USDS, 2009).

A distribuição territorial é muito desigual, centrando-se cerca de dois terços da população numa faixa que vai do litoral até à cadeia montanhosa central, estando as vastas regiões planálticas do leste praticamente despovoadas e o sudeste com uma densidade inferior a um habitante/Km² (Van-Dúnem, 2008: 2). Após décadas de urbanização forçada, estima-se que cerca de oito milhões de pessoas viva em regiões urbanas, com apenas duas cidades com mais de um milhão de habitantes, Luanda⁵⁶ e Huambo (NM, 2008), seguindo-se Benguela (Sogge, 2006: 3) (USDS, 2009).

Maioritariamente, os povos de Angola são Bantos (90%). Os principais grupos étnicos são: Ovimbundu (37%); Kimbundu (25%); Bakongo (13%); mestiços (2%); Europeus (1%); outros (22%) (Cardoso, 2004: 74 e 79) (NM, 2008). Os três principais Movimentos Políticos de Angola, no período colonial, apoiaram-se em três destas etnias⁵⁷, diferentes entre si e rivais. (CAE, 2009).

A língua oficial é o português, existindo mais de duas dezenas de dialectos regionais, seis dos quais são os principais: kikongo (a Norte); kimbundo (de Luanda para o interior, até Malanje); tchokwe (a Leste); umbundo (no Centro/Sul); mbunda e o kwanyama (a Sul) (Abrantes, 2005: 32).

Estima-se que 47% da população pratique Religião Tradicional, 38% a Católica Romana e 15% a Católica Protestante (CIA, 2009) (NM, 2008).

A estrutura etária está dividida entre 43,4% com idade até aos 14 anos, 53,7% dos 15 aos 64 anos e 2,8% com mais de 65 anos, verificando-se uma média etária, semelhante a ambos os sexos, de 18 anos (NM, 2008).

A taxa de natalidade é de 44,09/mil habitantes, com uma taxa de fertilidade média de 6,2 nascimentos por mulher, no entanto, a taxa de mortalidade infantil estima-se em 182/mil habitantes comparativamente com uma média⁵⁸ de 107/mil na África sub-saariana. Apresenta de igual modo uma taxa de mortalidade elevada, cerca de 24,4/mil, sendo a esperança média de vida ao nascer de 41,4 anos (NM, 2008) (MP, 2005 p. 3).

Como resultado do conflito armado, mais de quatro milhões de pessoas procuraram refugio além fronteiras (tendo regressado cerca de três milhões) e mais de 70.000 resultaram mutilados de guerra (ONUAngola, 2005a)).

Angola apresentava, em 2004, uma seroprevalência para o VIH de 2.8%. Em 2008, o índice de prevalência estimado era de 3,7% (UNGASS, 2006: 3) (UNDP, 2008: 262).⁵⁹

⁵² Quarto, se considerarmos a divisão de Políbio Valente (Almeida, 1994: 135).

⁵³ Nigéria: 146 milhões, RDC: 66 milhões; RAS: 48 milhões; Gana: 23 milhões; Moçambique: 21 milhões; Costa do Marfim: 20 milhões (NM, 2008).

⁵⁴ Esta estimativa apresenta variações de fonte para fonte, variando até cerca de 17.000.000.

⁵⁵ Avaliado em 2004.

⁵⁶ Entre dois e quatro milhões de habitantes.

⁵⁷ Os Bakongo, apoiantes tradicionais da FNLA, que se estendem para Norte do território angolano penetrando no Congo; os Kimbundo, apoiantes do MPLA, na região Oeste de Angola e Luanda; os Ovimbundos, tradicionalmente apoiantes da UNITA, a Sul do território (CAE, 2009).

⁵⁸ Avaliada em 2001.

⁵⁹ Países da África Subsaariana, com prevalência sempre superior a 10%.



Angola possui uma taxa de alfabetização estimada, na faixa etária com mais de 15 anos, de 67,4%, e a taxa de escolaridade bruta combinada⁶⁰ de 25,6%, em 2005 (UNDP, 2008: 234).

Da população activa, cerca de 85% exercem como actividade principal a agricultura e 15% exercem funções na indústria e serviços (NM, 2008). A percentagem de mão-de-obra não qualificada ascende a um total de 94% para a faixa etária dos 15-19 anos de idade, de 74% para a faixa dos 20-24 anos e de 68% para a faixa dos 25-29 anos (AfDB, 2008: 112).

⁶⁰ Ensino primário, secundário e superior.



Apêndice 4 – Factor Recursos

Estima-se que possam ser encontrados no subsolo de Angola 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, com especial destaque para o petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos⁶¹, ferro, magnésio, ouro e rochas ornamentais (IA, 2008f)).

Angola possui uma rede hidrográfica rica e diversificada, sendo uma das mais significativas da África Austral. Os recursos hídricos internos estimam-se em cerca de 179 Km³⁶², com um escoamento superficial anual estimado em cerca de 140 Km³. No que respeita às águas subterrâneas, apesar do conhecimento actual ser limitado, é de referir a ocorrência de águas subterrâneas em quase todas as províncias do País, e na sua grande parte com condições para satisfazer as necessidades humanas. (MINEA, 2009)

A precipitação média anual ponderada para todo o território é de 1.060 mm, o que corresponde a um volume anual de 1.320 Km³ (Silva, 2007: 2).

Os rios com um poderoso caudal que a atravessam, constituem um enorme potencial de produção de energia hidroeléctrica, permitindo-lhe vir a ser um dos principais exportadores de energia eléctrica no âmbito da SADC. Contudo, o sistema de produção e transporte de energia foi bastante afectado pela guerra (IA, 2008e)).

Este potencial hidroeléctrico estima-se um dos mais importantes de África, com 65.000 GWh⁶³ ⁶⁴por ano. A Empresa Nacional de Electricidade (ENE) tem uma organização descentralizada que integra 15 das 18 províncias num sistema com três zonas geográficas: **O sistema Norte (Luanda)**, com a barragem de Cambambe (180 MW) e Capanda (520 MW) (AfDB, 2008 p. 111), no rio Kuanza, e a barragem das Mabubas (17,8 MW) no rio Dande; **O sistema Centro (Benguela)**, com energia eléctrica da barragem de Biopio (11 MW) e uma turbina de gás (20 MW); **O sistema Sul (Namibe)**, com a barragem de Matala (51 MW), no rio Cunene. Os sistemas eléctricos da ENE produziram, em 2006, 2.962,4 GWh, valor que representa um acréscimo de 18,3% em relação à produção de 2003 (2.632,3 GWh) (ENE, 2004?a)). Outros são os projectos em curso ou em adjudicação, que irão permitir engrossar este enorme potencial, nomeadamente a construção de mais três barragens no médio Kuanza, com capacidade de produção média de 520 MW, cada. Ainda assim, apenas 25 a 28% da população angolana têm acesso à energia eléctrica (IA, 2008d)) (EmbassyRA, 2004-2006b)) (ENE, 2004?b)). Neste âmbito, a SADC promove o estabelecimento de uma rede regional de electricidade, que ligará a rede de Angola ao gigante esquema hidroeléctrico do Inga⁶⁵, no rio Congo (IA, 2008d)).

O crude angolano é considerado de alta qualidade, entre 32 e 39,5° API⁶⁶, com 0,12 a 0,14% de enxofre (Barros, 2002: 12). A produção cresceu rapidamente, passando de 490.000 barris/dia (b/d), em 1994, para 740.000 b/d em 2001. Angola é o segundo maior exportador de petróleo da África Subsariana. Em 2007, a produção foi de 1,7 milhões b/d (AfDB, 2008: 103) e em 2008 cerca de 1,9 milhões b/d, chegando mesmo a ultrapassar a Nigéria nos meses de Abril e Maio (CONFAGRI, 2002). Salienta-se que Angola conta com reservas de crude na ordem dos 25 mil milhões de barris. A quase totalidade do

⁶¹ Estudos realizados indicam que possui reservas estimadas em 150 milhões de toneladas. Incluem numerosas espécies minerais de composição variada, de quantidade relativamente pequena na crosta da Terra, resultando em grande número de minerais raros (Machado, 2001).

⁶² 1Km³=1.000 milhões m³.

⁶³ Gigawatt-hora (GWh) equivale a 10⁹ Wh.

⁶⁴ Portugal consumiu, em 2007, 46.900 Gwh.

⁶⁵ Caso se concretize, a barragem de Inga será a maior barragem alguma vez construída, podendo aumentar a produção de electricidade em África em 30% (BBC, 2000?).

⁶⁶ American Petroleum Institute (API). Forma de expressar a densidade relativa de um óleo ou derivado. A escala API varia inversamente à densidade relativa, isto é, quanto maior a densidade relativa, menor o grau API. O grau API é maior quando o petróleo é mais leve. Petróleos com grau API maior que 30 são considerados leves. Quanto maior o grau API, maior o valor do petróleo no mercado. (ONIP, 2000?)



petróleo bruto angolano é exportada para os mercados americanos, chineses e europeus. Tradicionalmente, os EUA compram 45 a 50% da produção angolana (IA, 2008c)).

Recentes descobertas, em águas profundas⁶⁷, estimadas em cerca de 10 mil milhões de barris de petróleo (ALNG, 2005-2007), irá permitir manter, e até mesmo aumentar as explorações petrolíferas, com extracção prevista para 2012 (AfDB, 2008: 103).

A produção de gás natural aumentou cerca de 9% em 2006, existindo reservas suficientes para assegurar a produção nos próximos 30 anos (AfDB, 2008: 103).

Recentes descobertas identificaram recursos de gás natural na ordem dos 297 mil milhões de m³. Um projecto conjunto envolvendo quatro grandes empresas petrolíferas⁶⁸ estima fornecer um valor de 6,8 mil milhões m³/ano, durante um período superior a 20 anos. (AfDB, 2008: 103) (ALNG, 2005-2007).

Angola poderá tornar-se num dos mais importantes produtores de biocombustíveis do continente africano. A Sonangol, a companhia brasileira Odebrecht e a empresa angolana Damer, assinaram um acordo para a criação de uma companhia de biocombustível, a Biocom. O acordo envolve um investimento de 200 milhões de USD, para a plantação de 30.000 hectares de cana-de-açúcar⁶⁹ (AfDB, 2008: 104) (Biodisel, 2000?).

África fornece 60% dos diamantes extraídos e comercializados no mundo e Angola é, actualmente, o quarto produtor de diamantes brutos, com 11% de quota de mercado (IA, 2008b)). As reservas diamantíferas de Angola (diamante jóia) estimam-se em cerca de 350 milhões de quilates, sendo consideradas, a nível internacional, como uma das mais relevantes fontes de abastecimento do mercado mundial. As concentrações de diamantes encontram-se repartidas por jazigos de aluvião⁷⁰ (15 a 20%) e kimberlitos⁷¹ (80 a 85%). (Cardoso, 2004: 64).

Em média, no período entre 1993 e 2000, a produção de diamantes cresceu cerca de 55% e de 2000 a 2004 cresceu cerca de 44% (IA, 2008b)). As autoridades angolanas previam atingir uma produção de 15 milhões de carates (quilates) em 2008, cujas receitas deverão ascender a mais de cinco mil milhões USD (IA, 2008d)).

A extracção de minério de ferro cessou em 1975, tendo atingido quase seis milhões de toneladas (MacauHub, 2005). Actualmente, o Governo angolano procura reabilitar minas de ferro no Sul⁷² (IA, 2008d)).

Além do minério de ferro, Angola possui jazidas de fosfatos localizadas nas províncias de Cabinda e Zaire. Estes recursos têm sido, até agora, inexplorados (EmbassyRA, 2006).

Nas províncias do Namibe e da Huíla, no sudoeste do país, existem importantes reservas de mármore⁷³, granito e quartzo (MacauHub, 2005), ainda que a sua extracção tenha sido substancialmente reduzida após independência (IA, 2008d)).

⁶⁷ Que se prevêem começar a produzir nos próximos cinco a dez anos.

⁶⁸ Bloco 15 (ExxonMobil), Bloco 17 (Total), Bloco 18 (BP), Blocos 0 e 14 (Chevron), Blocos futuros (em águas ultra-profundas) (ALNG, 2005-2007).

⁶⁹ Segundo as estatísticas mais recentes disponibilizadas pela FAO (United Nations Food and Agriculture Organization), Angola importou, em 2004, cerca de 260 mil toneladas de açúcar, o segundo maior item da pauta de importações de produtos alimentícios em volume, correspondendo a mais de 50 milhões de dólares.

⁷⁰ Depósito sedimentar, formado por materiais em geral grosseiros, mal rolados, e mais ou menos soltos, transportados por águas correntes.

⁷¹ Rocha magmática, rica em compostos ferromagnéticos, descrita pela primeira vez na cidade de Kimberley (África do Sul). O diamante é carregado desde a base do manto terrestre até a superfície através das lavas que dão origem a essa rocha.

⁷² As principais situam-se nas províncias de Malanje, Bié, Huambo e Huíla.

⁷³ O mármore é especialmente dirigido ao mercado local, enquanto o granito negro é muito apreciado e exportado para os EUA e Japão.



Em termos agrícolas, Angola é potencialmente um dos países mais ricos da África Subsariana. Antes da independência, Angola era auto-suficiente na maioria das colheitas alimentares. Do seu solo cultivável, algumas regiões podem suportar até duas colheitas por ano. No entanto, apenas 3% dos seus 8 milhões⁷⁴ de hectares de terra arável estão a ser utilizados com esse fim. Com um clima diversificado, Angola fornece inúmeras oportunidades para a agricultura comercial de uma grande variedade de colheitas tropicais e semi-tropicais (FA, 2007d)).

A diversidade da cobertura herbácea angolana apresenta-se como uma condição natural e favorável ao exercício da pecuária (FA, 2007e)). Este sector, no entanto, foi profundamente atingido pelo conflito, havendo regiões onde esta actividade se extinguiu por completo (Lunda e Moxico), encontrando as regiões a Sul e Sudoeste (Cunene e Huíla) as condições mais favoráveis à sua produção. A produção em 2007 estimou-se em cerca de 100 mil toneladas (NM, 2008) de carne de diversas espécies (Cardoso, 2004: 63).

Os 1.650 Km de costa permitem-lhe deter uma das ZEE mais extensas e ricas de África. Esta riqueza proporciona uma heterogeneidade e elevada qualidade das espécies. No passado a indústria pesqueira concentrava-se essencialmente nas províncias da orla marítima Sul (Namibe e Benguela) (Cardoso, 2004: 63). Actualmente, a distribuição de captura está concentrada na Zona Centro (Benguela e Kuanza Sul) com cerca de 29%, Zona Sul (Namibe) com cerca de 28% e Zona Norte (Cabinda, Bengo, Zaíre e Luanda) com cerca de 25%. No entanto, os números de capturas são insignificantes para as potencialidades (IA, 2008d)). O sector apresenta-se essencialmente artesanal e a frota obsoleta.

O turismo constitui-se, também, com um elevado potencial. Os motivos de atracção do turismo devem-se à sua grande diversidade da fauna e flora, das praias, das montanhas, dos rios, parques e reservas (FA, 2007f)). Este é um dos sectores de grande potencialidade para o desenvolvimento económico de Angola (IA, 2008a)).

⁷⁴ Os dados são divergentes nas duas fontes consultadas, nomeadamente 3 milhões e 8 milhões.



Apêndice 5 – Factor Circulação

Em 1975, dos 72.300 Km de estradas de todos os tipos existentes, cerca de 8.500 Km (12%) eram asfaltadas, 7.300 Km (38%) eram revestidas e ou compactadas, permitindo a utilização durante todo o ano e os restantes 36.500 Km (50%) consideradas “picadas” (SAM, 1989: 410).

Actualmente, Angola dispõe de uma rede rodoviária de mais de 73.000 Km de extensão, em diferentes estágios de desenvolvimento, contudo, da chamada rede fundamental de estradas, cerca de 22.000 Km encontram-se em elevado estado de degradação. O Programa de reabilitação de infra-estruturas rodoviário, teve o seu início em meados do ano de 2005, tendo sido reabilitadas, em 2007, 1.200 km de estradas e 94 pontes, preconizando-se até 2009 a recuperação e construção de mais 7.500 Km de estradas e pontes (INEA, 2007) (AfDB, 2008: 111).

Os principais eixos caracterizam-se por unirem a capital com o interior, ou seja, na direcção Norte (Bengo, Zaire, Uíge), Leste-Oeste (Malanje, Luanda Norte, Huambo, Luanda Sul, Moxico, Kuanza-Norte, Huambo, Bié), Sul (Kuanza Sul, Benguela, Namíbe) (PGRA, 2006).

Angola dispõe de uma rede ferroviária com cerca de 2.750 Km de extensão, constituída fundamentalmente por três linhas que partem dos portos de Luanda, Lobito e Namibe e penetram paralelamente no interior do território Angolano (PGRA, 2006).

Em 2006, apenas cerca de 850 Km (31%) se encontravam operacionais. Destas três linhas ferroviárias, destaca-se a mais importante, o Caminho de Ferro de Benguela, que atravessa Angola, desde a costa atlântica até à fronteira Leste (1.305 Km), com ligação à RDC. As outras duas são o Caminho de Ferro de Luanda, que liga a capital a Malanje (538 Km), e o Caminho de Ferro do Namíbe, que liga o Namíbe à cidade de Menongue (907 Km). A reabilitação dos principais eixos ferroviários e a construção de outros novos, enquadrados no plano nacional, está orçado em quatro mil milhões (FpD, 2006?).

Actualmente, a via ferroviária que liga Luanda a Malanje encontra-se operacional, bem como as vias que vão do Namíbe a Menongue. No entanto, a reabilitação da linha ferroviária de Benguela foi adiada para 2010, dada a necessidade da prévia desminagem (AfDB, 2008: 111). Encontra-se em fase de projecto o alargamento desta rede ferroviária, considerada estratégica (CAAEI, 2004?).

A circulação por via marítima é assegurada pelos principais portos de Luanda, Lobito, Namíbe e Cabinda (SAM, 1989: 411). Este é talvez o principal meio de comércio externo cujas infra-estruturas têm permitido dar resposta ao enorme tráfico de mercadorias (PGRA, 2006). O porto de Luanda é o principal centro de escoamento de mercadorias para todo o território. Em 2007, o porto de Luanda foi concessionado à Sogester⁷⁵ por um período de 20 anos. O investimento previsto de 35 milhões de USD deverá possibilitar a sua modernização e a criação de um porto de águas-profundas (AfDB, 2008: 111).

Outros portos de menor importância são: Porto Amboim, Ngunza e os portos de pesca do Soyo e Baía dos Tigres (SAM, 1989: 411).

A extensa rede fluvial de Angola, composta por grandes rios, permite-lhe que alguns sejam navegáveis, por embarcações de pequeno calado (EmbassyRA, 2009).

Angola dispõe de aeroportos com pista asfaltada, dos quais apenas um tem o estatuto de aeroporto internacional⁷⁶ (Cardoso, 2004: 73). Com um total de 37 aeroportos, vários aeródromos e pistas de terra batida (Vilar, 2009: 60 e 61), constitui-se uma rede⁷⁷ que garante

⁷⁵ *Join venture* entre a Maersk (Dinamarca) e um fundo de pensões angolano.

⁷⁶ Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro em Luanda.

⁷⁷ 31 pistas pavimentadas: quatro pistas pavimentadas com comprimento acima dos 3.047 m; oito pistas pavimentadas com comprimento entre os 2.438 m e os 3.047 m; 12 pistas pavimentadas com comprimento entre os 1.524 m e os 2.437 m; seis pistas pavimentadas com comprimento entre os 914 m e os 1.523 m;



o acesso a todas as províncias, sendo asfaltados nas principais capitais de província (eltangola, 2005).

O plano estratégico da Empresa de Navegação Aérea (Enana) prevê um investimento de 400 milhões USD, para a reabilitação de todos os aeroportos do país, e dado que o aeroporto de Luanda não pode ser melhorado nem ampliado, devido à sua proximidade com a cidade, um novo aeroporto está previsto, cobrindo uma área de 11.000 hectares, situados a Norte de Luanda (AfDB, 2008 p. 111).

O Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) é o organismo responsável por assegurar a regulamentação e monitorização da actividade de prestação de serviços de telecomunicações. Em termos operacionais, o mercado angolano dispõe de Serviço Fixo (SF), Serviço Móvel (SM) e Serviço de Dados (SD). As empresas mais representativas em cada um dos serviços são: Angola Telecom, Mercury, Nexus, Mundo Startel e Wezacom (SF); Movitel e Unitel (SM); Multitel e ISPs (SD) (INACOM, 2005?). Atendendo à sua dimensão nacional e internacional, a Angola Telecom⁷⁸ transformou-se no Grupo Angola Telecom, composto pela Movitel, Eltangola, Multitel e TV Cabo (AT, 2004?).

Actualmente em Angola circulam 14 jornais gerais, dois económicos e dois desportivos. Apenas o estatal *Jornal de Angola* é diário. Os semanários são o *Novo Jornal*, o *Angolense*, o *Agora*, a *Capital*, o *Folha 8*, o *Factual*, o *Independente*, o *Cruzeiro do Sul*, o *Jornal Visão*, a *Terra Angolana*, o *Jornal EME* e ainda o *Apostolado*, da Igreja Católica. Nos económicos, estão à venda o *Economia e Mercado* e o recente *Economia e Finanças*. Nos desportivos estão no mercado angolano o *Jornal dos Desportos* e o *Mais Futebol*. A única agência de notícias é a estatal *AngolaPress*⁷⁹ (Angop) (FA, 2007g)).

A Rádio é o meio de comunicação mais desenvolvido no país. A RNA (*Rádio Nacional de Angola*), tem uma estação emissora em cada uma das províncias de Angola. Na capital, Luanda, a RNA opera cinco estações⁸⁰. Existiam ainda seis rádios privadas. A rádio *Ecclesia*, a *Rádio Comercial de Cabinda (RCC)*, a *Luanda Antena Comercial (LAC)*, em Luanda, a *Rádio Morena Comercial (RMC)* e a *Rádio 2000*. A *Voz da América (VOA)* tem uma emissão especial em português para Angola. No entanto, muitas são as solicitações para a abertura de novas rádios (Revcom, 2007) (FA, 2007g)).

No passado recente, a Televisão Pública de Angola (TPA), pertencente ao Estado, era o único órgão televisivo, com dois canais diários, sendo o Canal 1 de cobertura nacional (Revcom, 2007). Actualmente regista-se um número significativo de projectos. Ligados a Portugal, surgem vários planos, com destaque para três⁸¹, todos com objectivos na televisão angolana. Além destes projectos, várias outras empresas do ramo, decidiram lançar-se em Angola⁸² (FA, 2007g)).

Estima-se actualmente que os utilizadores de Internet sejam cerca de 4,0% da população, demonstrando uma significativa evolução no que respeita a 2000 (0.2% da população) (IWS, 2001-2009).

uma pista pavimentada abaixo dos 914 m (CGRA, 2005?).

⁷⁸ Capitais estatais.

⁷⁹ Em português, francês e inglês e com site na Internet. Possui correspondentes no exterior.

⁸⁰ O *Canal A* (emissão nacional em língua portuguesa); a *Rádio Ngola Yetu* (emissão nacional em línguas nacionais); a *Rádio FM-Stereo* (música erudita); a *Rádio Luanda* (FM para a capital); a *Rádio 5* (desporto) e uma emissão com cerca de seis horas de duração, para a diáspora angolana nos países vizinhos.

⁸¹ Um dos projectos, concebido por Emídio Rangel para o Estado angolano; A Zimbo TV, conta com o apoio do director-geral da TVI e do grupo português Media Capital: pretende começar a transmitir em 2009, tornando-se no primeiro canal privado de televisão em sinal aberto; Outro projecto, Score Media, tem capital totalmente angolano e é administrado pelo luso-angolano Victor Fernandes.

⁸² É o caso da Escom, holding do Grupo Espírito Santo, que, em conjunto com a empresa New Media Angola, abriu o semanário *Novo Jornal*, assim como a Zon Multimédia, que vai distribuir os canais angolanos TPA, ou a Sport TV.



Apêndice 6 – Factor Estruturas

Aparentemente é difícil de explicar como é que num território, potencialmente dos mais ricos do continente africano, 70% da população viva ainda abaixo do limiar da pobreza, com rendimentos incapazes de justificar a sua simples sobrevivência. Angola conseguiu até aqui o que parece ser essencial, preservar a independência, manter a integridade territorial, lançar as bases de um Estado Democrático de Direito e garantir a unidade e consciência do seu povo em torno de um projecto nacional (RA, 2008).

a. Estruturas Político-Administrativas

Promulgada em 1975, a Constituição (Lei Constitucional) foi modificada em várias ocasiões. As modificações introduzidas tiveram como objectivo principal instaurar uma democracia pluralista e garantir o reconhecimento dos direitos e liberdades individuais, juntamente com os princípios fundamentais de uma economia de mercado. (RA, 2008).

A Constituição institui um sistema político semi-presidencial, no qual o papel activo é reservado ao Presidente da República, a quem compete a defesa do Estado e a coordenação das relações entre os diferentes poderes. Eleito por sufrágio universal directo, por um mandato de cinco anos, que pode ser renovado duas vezes, é por inerência de funções, o Comandante em Chefe das Forças Armadas. Nomeia os Ministros e os Juizes do Tribunal Supremo, cabendo-lhe, entre outras atribuições, o direito de vetar leis que possam colocar em perigo a segurança do Estado ou comprometer os seus interesses internacionais (RA, 2008).

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no poder desde 21 de Setembro de 1979, eleito sem qualquer oposição em 1979, num sistema político de partido único, sucedendo a Agostinho Neto (CIA, 2009).

Em Setembro de 1992, 91% dos cinco milhões de eleitores inscritos votaram nas primeiras eleições de Angola. Na primeira volta, José Eduardo dos Santos obteve 49,57% dos votos, Jonas Savimbi, 40,07%. Holden Roberto, não passou de 2,11% dos votos. A UNITA rejeitou o veredicto das urnas e recorreu às armas sem esperar a segunda volta das eleições. Face ao reatar do conflito, o presidente formou o GURN⁸³, que de entre outros, era constituído por quatro ministros e 10 vice-ministros da UNITA (RA, 2008).

Nas eleições legislativas realizadas em 2008, concorreram 10 partidos políticos e quatro coligações, para eleger 220 deputados à Assembleia Nacional e constituir um novo Governo. O MPLA assegurou a vitória com 81,76% dos votos, contra 10,36% da UNITA. Nesse mesmo ano, a 17 de Outubro, a Assembleia Nacional de Angola aprovou um diploma que pôs fim ao mandato do GURN (VOA, 2000?).

De acordo com a Constituição, o Presidente da República, ouvido os Partidos Políticos⁸⁴, nomeia o Primeiro-Ministro (RA, 2008). O Primeiro-ministro, António Paulo KASSOMA, foi nomeado a 26 de Setembro de 2008, em substituição de Fernando da Piedade Dias dos Santos, primeiro-ministro desde Dezembro de 2002 (CIA, 2009).

A Assembleia Nacional é o órgão legislativo, competindo-lhe aprovar as leis da República (Parlamento, 2008). Compreende um total de 223 deputados⁸⁵, eleitos por um sistema de representação proporcional por um mandato de quatro anos. (Parlamento, 2008). É presidida por Fernando da Piedade Dias dos Santos (Parlamento, 2008).

⁸³ O GURN é composto por elementos provenientes de diversas formações políticas. Todos os ministros, independentemente do partido a que pertencem, têm tratamento igual e acesso a todas as questões, sendo escutados nas questões que aos seus pelouros dizem respeito.

⁸⁴ Representados na Assembleia Nacional.

⁸⁵ Os deputados são eleitos por 18 círculos eleitorais provinciais, 1 círculo nacional e 1 círculo em representação das comunidades angolanas no estrangeiro. Todavia, a não eleição dos Deputados do último círculo, faz com que, actualmente, a Assembleia seja apenas composta por 220 Deputados. (Parlamento, 2008a))



Em Angola existem 126 partidos políticos, sendo a maioria deles pequenos e desconhecidos. Por conseguinte, a verdadeira batalha é travada entre os dois rivais tradicionais, o MPLA e a UNITA (AfDB, 2008: 114).

Os governadores das províncias são nomeados pelo presidente (PGRA, 2006).

O Supremo Tribunal⁸⁶ serve como tribunal de apelação, está no topo de um sistema judicial que compreende tribunais penais, civis e militares (RA, 2008). O Tribunal Constitucional é o órgão supremo da jurisdição constitucional (PGRA, 2006).

O sistema judicial vive os problemas resultantes da inusitada concentração popular na Província de Luanda, o que não só agrava os índices de criminalidade, mas, aumenta também a população penal (RA, 2008).

A divisão administrativa da RA permite a descentralização do governo ao nível provincial e local. Angola tem a sua divisão administrativa composta por 18 províncias divididas em 167 municípios que por sua vez em 557 Comunas, encontrando-se em cada nível administrativo um representante do governo (PGRA, 2006).

A política externa é um assunto da esfera de influência directa do Presidente Eduardo dos Santos, assumindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros alguns assuntos especialmente vocacionados para a área das relações diplomáticas, reservando-se assim os assuntos de segurança externa para o Presidente. No plano económico, Angola tem vindo a assumir uma posição de destaque, ao nível regional, através da SADC, mas também a um nível global, sendo um dos mercados mais apetecíveis do investimento estrangeiro, com financiamentos avultados e sucessivos (Ferreira, 2005).

Angola é membro de diversas organizações internacionais, de onde se destacam: Organização Africana (OA); Banco Africano de desenvolvimento (BAFD); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização Mundial da Saúde (OMS); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (VILAR, 2009), Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes (ADPA) (ADPA, 2000?) podendo concluir-se que está decidida no grande esforço da continuidade da favorável situação económica e, particularmente, em sair da difícil situação social em que se encontra, procurando um lugar que lhe permita assumir a posição que as suas capacidades lhe conferem (USDS, 2009).

b. Estruturas Económicas

Em 2008 e 2009 é esperado um crescimento económico de aproximadamente 11,5% e 5,1%, sendo que em 2007, o crescimento da economia angolana situou-se nos 19,8%, acima dos 18,6% registados em 2006 (AfDB, 2008: 101).

Nos seis anos subsequentes ao fim da guerra civil, o PIB do país cresceu 104,2% (IM, 2008). Para 2008 a previsão é de 16,2% (76 mil milhões USD) (Vilar, 2009), podendo chegar aos 100 mil milhões USD em 2010 (AICEP, 2008).

Em 2005, o PIB de Angola, dividido por sectores de actividade, era o seguinte: sector petrolífero – 56%; Comércio, transportes, comunicações e banca – 15%; Agricultura, silvicultura e pescas – 9%; outros serviços – 9%; Indústria – 4%; construção e obras públicas – 4%; diamantes e outros – 3% (Vilar, 2009).

Já em **2006, os sectores económicos não-petrolíferos** registaram um crescimento de 25,7%, liderado pelos sectores da construção, da indústria e dos serviços. Em 2007, prevê-se que o crescimento de 21%. O desempenho mais fraco verificou-se na **indústria mineira dos diamantes**, cuja produção caiu cerca de 3% em 2007, depois de ter registado

⁸⁶ Também designado por Tribunal da Relação.



uma subida de 30,9% em 2006. A **agricultura** é um sector prioritário do investimento público. As perspectivas para a estação 2007/08 apontam para um crescimento de 12,5%. Em 2006, o **sector da indústria transformadora** registou um crescimento de 44,7%. Em 2007 espera-se um crescimento de 11,4%. O **sector de construção** continua também em franca expansão. Depois de um crescimento de 30% registado em 2006, prevê-se uma redução de 4,9 % em 2007 (AfDB, 2008: 102 e 104).

A taxa de inflação angolana, em 2002, situava-se nos 106%, (ONU, 2005). A paz trouxe uma dinâmica verdadeiramente incontornável, com a redução da taxa de inflação para 12% em 2007⁸⁷ (Vilar, 2009). O objectivo da política económica angolana é os 10% (AfDB, 2008: 107). Ainda assim, Luanda é a capital mais cara do mundo, acentuado cada vez mais as dificuldades entre os necessitados (ECA, 2008).

Angola tem vindo a conseguir reduzir a sua dívida externa, que correspondia a 39,5% do PIB em 2005, 20,7% em 2006 e de 15,6% em 2007 (AfDB, 2008: 108).

A distribuição funcional da despesa total orçamentada para 2009, privilegia o Sector Social, que viu o seu peso no total aumentar gradualmente a partir de 2006: Protecção Social - 10,7%; Saúde e Educação - 8,4% e 7,9%; Administração ou Serviços Públicos Gerais - 28,9%; Sector Económico - 14,7%; Defesa, Segurança e Ordem Pública - 13,5% (BPI, 2008: 4).

Actualmente, existem em Angola três pólos industriais, que proporcionam cerca de 18 mil postos de trabalho. São os pólos industriais de Viana (Luanda), Catumbela (Benguela) e Fútila (Cabinda) (JA, 2002c)).

A Sonangol, companhia nacional de petróleo, é a única concessionária para a exploração e produção do petróleo, sendo responsável por cerca de 45% do total das exportações de petróleo. As companhias estrangeiras só podem participar mediante *joint ventures* e acordos de produção partilhados com a Sonangol.⁸⁸ (ALNG, 2005-2007). Contudo, a contabilidade da Sonangol não é controlada pelos sistemas de *boa governação*, implementados pelo governo, constituindo-se como um Estado dentro de um Estado (Sogge, 2006: 10).

No sector diamantífero, a empresa de diamantes Endiama, propriedade do Estado, lançou a primeira empresa de corte e polimento de diamantes em 2005, tendo recentemente lançado a segunda. A nova empresa tem capacidade para produzir um valor equivalente a 20 milhões USD de diamantes por mês (AfDB, 2008: 103).

A reciprocidade entre o Estado e os cidadãos é inexistente. Não existe nenhum contrato político-social, tais como o pagamento de impostos, através do qual os cidadãos concordem em respeitar exigências legítimas (Sogge, 2006: 10).

Os mais ricos de Angola são, ou eram, funcionários do governo ou do partido governante, reflectindo o porquê dos 10% mais ricos receberem 42% da receita nacional (Sogge, 2006: 5 e 11). Como reflexo, os resultados das grandes riquezas económicas do país não são aproveitados em benefício das populações, provavelmente por questões relativas à governação (Cardoso, 2005), elevados índices de corrupção (UNODC, 2005: 23) e a concentração do poder e riqueza em redor da percepção popular das “13 famílias”, o que sugere um “regime dinástico”, baseado na riqueza, e uma base de poder estreita e sem relação com mérito (Sogge, 2006: 11).

c. Estruturas Sociais

Em Angola existem instalações médicas e serviços de saúde, contudo são limitadas. Cuidados adequados para emergências médicas limitam-se, essencialmente, a Luanda, onde existem algumas boas clínicas privadas (USEmbassy, 2006).

⁸⁷ Apresenta uma diminuição crescente de 76% em 2003, 31% em 2004, 18% em 2005 e 12% em 2006.

⁸⁸ As maiores companhias estrangeiras a operar em Angola são a Chevron Texaco, a Total Fina Elf e a Exxon Mobil.



O número de hospitais em Angola aumentou de 79 para 163 nos últimos anos, devido aos investimentos do governo, e o número de centros de saúde aumentou de 245 para 313 (AA, 2009), no entanto, o acesso à saúde continua difícil (elevados custos e fraca qualidade), registando-se uma mortalidade materna extremamente elevada, com apenas com 35% dos partos assistidos em hospitais, cerca de 30% das crianças com menos de cinco anos sub-nutridas e onde, na generalidade, apenas 30 a 40% da população tem acesso aos serviços de saúde, 30% a tratamentos e 40% a vacinação (AfDB, 2008: 115) (USAID, 2005: 4). Em 2004, estimavam-se cerca de 8 médicos por cada 100.000 habitantes (USAID, 2005: 7).

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) é a entidade encarregue de dirigir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população (PGRA, 2006).

O índice de desenvolvimento humano angolano é de 0,446 ocupando a 162ª posição de 177 países analisados (PNUD, 2007). Em 2001, 68% da população vivia abaixo da linha oficial da pobreza de 1,70 USD por dia, e desses, 28% vivia abaixo da linha da pobreza extrema, com 0,76 USD por dia. Dos 103 países em vias de desenvolvimento que constam do Índice de Pobreza Humana de 2005, Angola encontra-se na 83ª posição, entre a Costa do Marfim e a RDC (Sogge, 2006: 5).

O documento de estratégia angolano para a redução da pobreza de 2005, conhecido por Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), assenta os principais eixos de acção na reintegração social, desminagem, segurança alimentar, desenvolvimento rural, combate ao HIV/SIDA, educação, saúde e a infra-estruturação básica, sendo que os seus efeitos são pouco notórios (AfDB, 2008: 115).

As companhias multinacionais de petróleo também participam no desenvolvimento social de Angola. Estas empresas são obrigadas, de acordo com as condições das respectivas concessões, promover o desenvolvimento social e económico, mediante propostas de formação destinadas a desenvolver o capital humano ou a construir infra-estruturas (AfDB, 2008: 115).

Em 2006, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS) implementou uma série de medidas para promover o Ensino Técnico e Formação Profissional (ETFP) e o emprego, no âmbito da execução da nova lei sobre o "primeiro emprego". O Estado, após formação, contribui com 60% dos salários dos estagiários, com vista a favorecer a criação de empregos e facilitar o ingresso na vida profissional, promove a criação de micro e pequenas empresas, e desenvolve programas para o empreendedorismo, principalmente destinado aos antigos militares (AfDB, 2008: 114).

A taxa de desemprego decresceu de 39,8% em 2002, para 25,2% em 2006. Em 2007, a taxa de desemprego situava-se nos 22,5% (BPI, 2009: 11).

O país apenas dispõe de 18 tribunais, estando prevista a construção de mais quatro (MJ, 2006?). Contudo, apenas cinco⁸⁹ das 18 províncias angolanas têm advogados suficientes para garantir o cabal acesso dos cidadãos à Justiça. (FA, 2007a))

O crescimento populacional, acrescido do êxodo da população para os centros urbanos, sancionados pela ausência de instrumentos e medidas de acompanhamento na construção, resultam do *deficit* habitacional que, projectado para 2012, ronda o milhão de fogos (INH, 2007?). A elevada procura e pouca oferta, resulta em preços inflacionados. Actualmente, as casas que mais se encontram para venda são os T4⁹⁰, a valores que chegam aos 1,5 milhões USD. Um T3 pode chegar aos 700 mil USD (DE, 2003?).

A Constituição da RA consagra a liberdade religiosa. A maioria da população é

⁸⁹ Luanda, Benguela, Cabinda, Huila e Huambo.

⁹⁰ Com cerca de 200 metros quadrados, jardim e piscina.



cristã e desta, o maior grupo é o Católico Romano. A Igreja Católica calcula que 55% da população seja católica. Os dados do Instituto Nacional dos Assuntos Religiosos (INAR) indicam que as denominações cristãs africanas representam 25% da população, 10% da população segue as principais denominações protestantes como Metodista, Baptista, Congregacionalista (Igreja Unida de Cristo) e Assembleia de Deus e 5% pertence a várias igrejas evangélicas brasileiras. Uma pequena parte da população rural pratica o animismo ou religiões tradicionais indígenas. Há também uma pequena comunidade islâmica, estimada em 80.000 a 90.000 fiéis, composta sobretudo por imigrantes da África Ocidental e famílias de origem libanesa (USEmbassy, 2008).

O novo Sistema de Educação⁹¹ apoia-se na Educação Pré-Escolar (Creche e o Jardim Infantil), Ensino Primário (6 anos de duração), primeiro ciclo do Ensino Secundário (três anos de duração), segundo ciclo do Ensino Secundário (três ou quatro anos de duração, com classes de educação regular e Educação para adultos respectivamente) e Ensino Superior (Graduação e Pós-graduação). A escolaridade obrigatória é de seis anos, correspondentes ao Ensino Primário, bem como, conforme a Lei de Bases do Sistema de Educação, a Classe de Iniciação⁹² é também obrigatória (INIDE, 2003).

Ainda assim, o sistema de ensino enfrenta sérias dificuldades, desde a falta de docentes, em qualidade e em quantidade, passando pela insuficiência de instalações de ensino, à falta de meios de apoio e financeiros para a prestação de um ensino adequado, que se reflectem em baixas taxas de eficiência e desempenho (UNDP, 2006: 30 e 34). De igual modo, há muitas décadas que os curricula não são actualizados nem se prevê que o venham a ser nos próximos tempos (AfDB, 2008: 113).

Só recentemente as autoridades angolanas começaram a trabalhar uma visão a longo prazo, designada por *Angola 2025*, tendo colocado o desenvolvimento dos recursos humanos entre as prioridades no plano governamental. Foram criados dezasseis novos centros itinerantes para formação profissional, no âmbito dos projectos “*Esta é a tua vez*” e “*Estamos contigo*”. O objectivo destes programas é o de levar estas iniciativas junto das populações residentes em áreas mais distantes (AfDB, 2008: 113).

De facto os problemas sociais, de variadíssima ordem, são inúmeros e após o fim do conflito (...) *abriram-se as oportunidades para a recuperação e a reconciliação nacionais. Uma paz fria fica, (...) onde passos positivos em direcção à reconciliação nacional e progresso notável no desenvolvimento da comunidade são raros. (...) Há muitas tensões em Angola (...) com relação à terra, propriedade, tribalismo, linguagem e afiliação política (...)*” (SCG, 2005).

d. Estruturas Militares

A RA ocupa a quarta posição no ranking das Forças Armadas da região Sub-sahariana, num total de 41 países analisados em valores de combate, referidos às componentes terrestre, aérea e naval. (WS, 2008). O Exército encontra-se organizado territorialmente em cinco regiões militares, a Força Aérea e a Marinha de Guerra em duas regiões, respectivamente. O Exército é de longe o maior dos ramos, com cerca de 100.000 efectivos, a Marinha com cerca de 3.000 e a Força Aérea com cerca de 7.000 efectivos.⁹³ Maioritariamente, o equipamento é de origem russa, (Veículos Blindados de Combate⁹⁴, Aeronaves de Combate⁹⁵ e outros equipamentos). A “Casa Militar”, ou Guarda

⁹¹ Em vigor desde 2004.

⁹² Alfabetização e a Pós-Alfabetização para a Educação de Adultos.

⁹³ Os efectivos militares variam de fonte para fonte, apresentando-se aqui como o racional total das FAA de cerca de 110.000 efectivos.

⁹⁴ Armored Fighting Vehicles (AFV) – 1300 (WS, 2008).

⁹⁵ AIRCRAFT CMBT – 600 (WS, 2008).



Presidencial (UGP⁹⁶), responde directamente ao Gabinete do Presidente e é separada da estrutura de comando e controlo das FAA (USDS, 2009).

Destaca-se no seu equipamento (AM, 2004-2008):

Exército: BMP-1; T-55AM2; T-72B; 2S3; RM-70; BM-21.

Força Aérea: Su-22 M2; MiG-23MLA; Mig-21; Su-27 UB; Su-25; MI-35M; MI-17V5.

Encontram-se em curso vários projectos para a “reestruturação” das FAA e reequipamento das mesmas, onde a Marinha de Guerra, bastante debilitada, conta com “grandes investimentos (...) a fim de dotar o Ramo dos meios capazes de assegurar a defesa das águas nacionais”(MGA, 2006), uma vez que conta apenas com uma pequena capacidade operacional de lanchas patrulha.

Ao abrigo da Constituição, cada cidadão tem o direito e dever de defender o país. O serviço militar é obrigatório para todos os homens com idades compreendidas entre os 20 e 45. As mulheres com mais de 20 anos também se podem voluntariar. O recrutamento tem início aos 18 anos, com o recenseamento militar (USDS, 2009).

A grande experiência das FAA em acções de guerrilha e contra-guerrilha, resultantes não só da luta pela independência, mas também do seu conflito interno, bem como a experiência em acções convencionais, internamente e no exterior do seu território, garantem-lhe um patamar de excelência regional.

⁹⁶ Unidade de Guarda Presidencial.